alfaia agrícola

normas
de inventário

alfaia agrícola

ETNOLOGIA

TEXTO
Joaquim Pais de Brito, Ana Margarida Campos, Paulo Ferreira da Costa
Museu Nacional de Etnologia

FOTOGRAFIA
Joaquim Pais de Brito
Museu Nacional de Etnologia

Benjamim Pereira
Centro de Estudos de Etnologia / Museu Nacional de Etnologia

José Pessoa
Divisão de Documentação Fotográfica / Instituto Português de Museus

DESENHO
Fernando Galhano
Centro de Estudos de Etnologia / Museu Nacional de Etnologia

COORDENAÇÃO DE EDIÇÃO
Direcção de Serviços de Inventário / Instituto Português de Museus

CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA
tvm designers

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO
Gráfica Maiadouro

© Instituto Português de Museus. Todos os direitos reser vados
1.ª edição, Maio de 2000
1000 exemplares

ISBN n.º 972-776-050-3

Dep. Legal n.º

AGRADECIMENTOS

Este caderno de normas de inventário deve muito à contribuição crítica de Benjamim Pereira, resultado de um longo percurso de investigação em que os objectos aqui em estudo se tornaram melhor conhecidos e reveladores de outros conhecimentos sobre o País. Para ele contribuiu grandemente o estímulo e a permanente colaboração de Isabel Cordeiro, Directora de Serviços de Inventário do IPM, bem como a leitura atenta e os comentários de Inês da Cunha Freitas e Elsa Garrett Pinho. Tratando-se do resultado de um trabalho colectivo, este caderno beneficiou do diálogo com os estagiários a fazer pesquisa no Museu, dos quais destacamos Sandra Silva. Agradecemos ainda a Carmen Rosa pelo apoio dado na organização das imagens que o ilustram.

APRESENTAÇÃO

A publicação de um primeiro Caderno de normas de Inventário para as colecções etnológicas, dedicado às alfaias agrícolas, amplia significativamente o trabalho rigoroso que tem vindo a ser prosseguido pela Direcção de Serviços de Inventário do Instituto Português de Museus em colaboração com as equipas dos vários museus envolvidos, neste caso a do Museu Nacional de Etnologia. Este facto deve-se a duas ordens de razões: por um lado, o conjunto dos autores aborda, com notável qualidade científica, o território imenso da particularidade da museologia etnológica que entende os objectos e as colecções como componente operativa do estudo e reflexão sobre a vida das comunidades que lhes deram origem, nas suas diversas e cruzadas vertentes de vida material, social e simbólica; por outro lado, o inventário é aqui exercitado em acto como parte específica de um trabalho mais vasto que se alimenta da densidade da investigação, permanentemente alargada pelo diálogo entre os adquiridos e as novas possibilidades do seu aprofundamento e questionação.

Considerando que as colecções etnológicas, particularmente as relacionadas com os testemunhos e memórias da vida camponesa, ocupam lugar de destaque no universo museológico português, estou certa que este Caderno de normas será um instrumento precioso de trabalho para muitos museus, independentemente de utilizarem ou não o programa Matriz ou outro instrumento de inventário informatizado. Na verdade, para lá das orientações específicas e concretas de inventário da tipologia em análise, o que aqui se transmite é também uma postura metodológica em que

o rigor científico se casa com profunda atitude humanista, atenta ao registo das permanências mas definitivamente aberta às particularidades vivenciais e às suas inesgotáveis possibilidades de criação, reconversão e sobrevivência.

Entendido deste modo, o inventário não perde tecnicidade mas dota-se de espessura histórica, neste caso muitas vezes no domínio da micro-História em que as comunidades podem encontrar os sentidos mais fundos da sua identidade e a História global enriquecer-se com o lastro da diversidade. Por isso, este Caderno de normas articula-se eficazmente com os objectivos da Rede Portuguesa de Museus que visam pôr à disposição de todos os museus instrumentos qualificados de pesquisa, análise e reflexão capazes de afirmarem a museologia como um conjunto de práticas culturais em que as heranças patrimoniais não se fecham em culto nostálgico, antes são permanentemente utilizadas para vivificarem e questionarem as nossas sempre efémeras certezas.

Agradeço o empenho posto na concretização deste aliciante projecto à equipa do Museu Nacional de Etnologia – particularmente ao seu Director, Joaquim Pais de Brito e a Ana Margarida Campos e Paulo Ferreira da Costa – e também à Direcção de Serviços de Inventário do Instituto Português de Museus, nas pessoas da Isabel Cordeiro, Elsa Garrett Pinho e Inês Freitas.

RAQUEL HENRIQUES DA SILVA
Directora do Instituto Português de Museus

OBJECTOS COM PESSOAS 13

NOTA INTRODUTÓRIA 35

CLASSIFICAÇÃO 37
CATEGORIA
SUB-CATEGORIA

IDENTIFICAÇÃO 46
DENOMINAÇÃO
OUTRAS DENOMINAÇÕES
NÚMERO DE INVENTÁRIO
ELEMENTO DE UM CONJUNTO
FUNÇÃO INICIAL / ALTERAÇÕES
DESCRIÇÃO

PROVENIÊNCIA 61
AUTORIA
ACHADO / RECOLHA
CIRCUNSTÂNCIAS DO ACHADO / RECOLHA
HISTORIAL

INFORMAÇÃO TÉCNICA 66
MATÉRIA / TÉCNICA
DIMENSÕES
OUTRAS DIMENSÕES
ESTADO DE CONSERVAÇÃO

IMAGEM / SOM 74
REGISTO DE IMAGEM
REGISTO DE SOM

OBSERVAÇÕES 78

ANEXOS 80

BIBLIOGRAFIA 113
Alfaia agrícola e tecnologias relacionadas
Museologia, inventário e sistemas de classificação
Outras leituras

Quando

A primeira realidade de que parte este caderno de normas de inventário é a existência de um programa informatizado do Instituto Português de Museus com o qual se estão a trabalhar colecções muito diversificadas, consoante os museus e as suas áreas de intervenção.

No caso do Museu Nacional de Etnologia, a alfaia agrícola foi objecto de investigação desde os começos da actividade de pesquisa, a partir da segunda metade dos anos 40, da equipa de etnólogos que lhe estaria na origem. Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira são os autores de trabalhos de análise e de síntese de extrema importância sobre os artefactos, as tecnologias e as técnicas próprias de uma sociedade rural, inquirida à escala de todo o país[1]. Com a criação do Museu, em 1965, constitui-se um valioso conjunto de colecções sistemáticas sobre Portugal, das quais os instrumentos de trabalho da terra ocupam um lugar central.

A *alfaia agrícola* surge-nos, assim, na continuidade desse já longo percurso de pesquisa, mas também no contexto das actividades em que nos encontrávamos envolvidos e no âmbito das quais recorríamos, frequentemente, àquela expressão, mesmo sem ter de explicitar a sua definição mais rigorosa e a delimitação do campo por ela coberto. Estávamos a trabalhar intensamente e, durante um período,

[1] Este extenso programa, desenvolvido e consubstanciado no Centro de Estudos de Etnologia, inaugurou-se com a publicação do livro sobre os arados (Dias 1948) que haveria de ser posto em relação e debate com trabalhos semelhantes de outros autores europeus como Haudricourt e Delamare (1955) e Caro Baroja (1983), este último confirmando, com os seus mapas, as áreas de distribuição dos tipos de arado em Portugal; e culminaria com *Alfaia Agrícola Portuguesa* de Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano de 1977, com reedições em 1983 e 1996.

quase exclusivamente, sobre elas, pois foram parte substancial da exposição sobre a agricultura portuguesa, "O voo do arado", e ocupam um lugar de destaque nas reservas de que, mais recentemente, reavaliámos o conteúdo e a organização e nos preparamos para abrir ao público. O início da preparação daquela exposição coincidiu com a reedição de um daqueles trabalhos de síntese, a *Alfaia agrícola portuguesa*, que mais directamente se prende com o presente texto; na nota introdutória que então escrevemos, chamávamos a atenção para os aspectos de redobrada importância que hoje podem ser retomados nesse estudo de referência que aqui é também o principal texto a utilizar como elemento de trabalho para os autores e os utilizadores deste caderno de normas de inventário. Tínhamos também passado, graças ao início dos estágios no Museu para jovens antropólogos e ao diálogo mantido com Benjamim Pereira, por uma riquíssima experiência em torno da discussão do complexo mundo dos arados que, por si só, levanta um feixe de questões que contribuíram para a definição mais conseguida dos procedimentos normativos aqui contemplados. Umas prenderam-se com morfologias, tipologias, medições, qualidades de madeira, etc. Outras lembravam a importância do detalhe e da diversidade das informações a reter sobre cada arado (cada alfaia, cada objecto) no momento e no terreno da sua colecta e aquisição e que no caso do Museu de Etnologia nem sempre pôde ser conseguido dado o carácter de urgência das recolhas então feitas. De quem era?, quem o fez?, quem o utilizava?, que tempo teve de uso?, que avaliações sobre a sua performance?, de que transformações ou adaptações foi objecto?, quantas vezes se partiu?, como é avaliado o esforço que exige?; etc.,etc. São questões que irão suscitar histórias que imediatamente evocam e revelam sujeitos e afectos, circunstâncias e condições de vida, classificações e representações que tornam mais carnal, próximo e fecundo de sentidos um instrumento de trabalho.

Os objectos aqui em análise são uma importante vertente do conhecimento etnológico e histórico do país, da sua diversidade e das interrogações, num contexto mais amplo de comparação, que a partir deles se podem formular. Eles podem também hoje ajudar a propor um âmbito alargado de discussão e de trabalho onde participem muitos outros museus.

Quem

Mas a quem se destinam estas normas de inventário da alfaia agrícola? A quem poderá servir um livro destes? Desde logo, porque mostra um trabalho desenvolvido no interior das instituições e visa estruturá-lo, a elas próprias, neste caso o Museu Nacional de Etnologia e o Instituto Português de Museus. Mas ele terá sobretudo que se destinar a outros fora delas, encontrar e ajudar a criar novos interlocutores. Importa que possa servir a mais museus, em geral mais pequenos e muitas vezes desmunidos de instrumentos metodológicos, de protocolos de procedimentos técnicos ou mesmo de linhas definidoras mais estruturantes de um programa de actuação que trazem consigo representações e construções em torno das categorias de sociedade, tempo, cultura e que também a alfaia agrícola, como qualquer artefacto, pode ajudar a interrogar e transmitir. Trata-se com frequência de museus que cristalizam a sua substância e realidade física em torno dos objectos e colecções que quase todos eles procuram possuir e que sempre incluem os instrumentos de trabalho agrícola de uma sociedade rural já pertencente ao passado e ainda suficientemente próxima para ser espaço de partilha de memórias e de referência identitária que articula as gerações.

Pensamos que são estes os interlocutores que mais estímulo e sentido podem dar à elaboração de um conjunto de normas de inventário para os instrumentos de trabalho que aqui se encontram contemplados. No contexto recente da

história e do desenvolvimento do país, lidamos com a memória próxima de uma sociedade que, nas últimas décadas, se transformou aceleradamente e que tinha como meio principal de produção de recursos o trabalho agrícola que ocupava a maior parte da população, assim como ocupava praticamente toda a sua extensão. Por outro lado, é este o mesmo contexto em que surgem, um pouco por toda a parte, os projectos de criação de museus que, quase sempre, procuram documentar esse passado próximo de uma existência rural. Os traços marcantes que os caracterizam prendem-se com a projecção que neles se faz da relação de pertença de uma população com o seu território, seja este à escala da localidade, da freguesia, do concelho ou, eventualmente, de uma micro região[2]. Estes museus têm muitas vezes na origem a realização de uma exposição ou outra actividade cultural que deram lugar à reunião de um primeiro conjunto de objectos. É essa multiplicação de experiências locais que pode abrir novas perspectivas para o modo como devem ser recolhidas e museologicamente tratadas as alfaias a que se refere este caderno de normas de inventário.

As transformações das últimas décadas em Portugal são profundas. A actividade agrícola não ocupa já a maioria da população e os campos antes trabalhados têm agora outros destinos e usos enquanto paisagem que permanece de expressão rural,mas sem ruralidade.A agricultura que existe separou-se, por seu lado, dos quadros e valores que a ordenavam[3]. No momento presente convivem as gerações, protagonistas ou simples testemunhas, dessas transformações e este facto participa activamente dos processos dis-

[2] Os resultados dos inquéritos recentemente realizados confirmam esta forte presença dos objectos e colecções etnográficas (e arqueológicas) nos museus de inserção e expressão local e regional (Caminus,1997-1999;IPM/OAC,2000).

[3] Dois contributos importantes para a identificação e conhecimento dessas transformações são os textos de Joaquim Cabral Rolo e Fernando Oliveira Baptista no catálogo da exposição do Museu Nacional de Etnologia, *O voo do arado* (1996).

cursivos e afectivos da memória e da elaboração de identidades. A alfaia agrícola aqui em análise corresponde a um tempo percebido como já passado. Mas, sem ser um paradoxo, é um tempo igualmente presente pela sua inscrição na experiência dos indivíduos, assim como pela sua implícita revelação trazida pela paisagem de campos ainda cultivados ou desenhados pelos cultivos que tiveram, e também pela contínua remissão ao plano mais sensível, sensual e afectivo dos alimentos, do gosto, das qualidades atribuídas e efabuladas às produções do campo trabalhado pelo homem e à imbricada relação dos animais com os produtos cultivados. E é também um tempo que, no presente, se reelabora sempre que surge à escala local um museu e o projecto de constituir colecções para com ele evocar ou construir a história. As alfaias agrícolas são, recorrentemente, elementos dessa história ou memória.

O quê

A alfaia agrícola é entendida como o conjunto dos instrumentos de trabalho directamente manuseados pelo homem, na sequência das operações que visam a produção de bens e que têm a terra como objecto e meio desse mesmo trabalho. Elas caracterizam-se pela relação de íntima proximidade e adaptação física ao corpo do agricultor que as utiliza. Confinamos,assim, desde logo, o universo de referência para este caderno, do qual se encontram excluídos os equipamentos introduzidos pela mecanização da agricultura, apesar de dever ser realçada a importância, para o estudo de uma colecção local, de registar as primeiras situações de introdução de inovações tecnológicas que colocam questões quanto aos procedimentos para a sua inventariação que aqui não são abordadas.

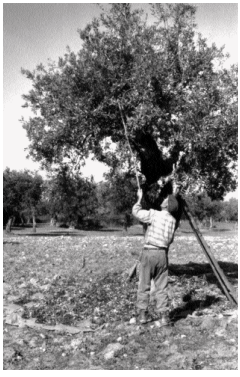
Sendo a referência principal o trabalho da terra e a produção de bens para autoconsumo e troca ou comercialização, um lugar central vem a estar ocupado pelo ciclo dos cereais –

centeio, trigo ou milho – complementado, no entanto, por todas as alfaias utilizadas na produção de culturas hortícolas. Para melhor perceber a delimitação das actividades cobertas pelas alfaias contempladas neste caderno consideremos, na sua periferia, alguns campos excluídos que, no entanto, nunca o serão totalmente, visto que são elemento decisivo para a compreensão, na sua globalidade, dos patamares em que se organiza o mundo rural em que estas alfaias são (ou eram) usadas. Só com esta constante remissão e abertura para além do campo estrito constituído pela alfaia agrícola se poderá perceber o universo mais amplo de que dão testemunho e ajudam a interrogar e compreender[4].

Azinheira isolada no montado
Alentejo
s/d
Foto Freitas, Lda.,Évora – CEE

[4] A apreensão global e diversa do território e das paisagens construídas e habitadas teve uma fulgurante proposta no trabalho de Orlando Ribeiro (1945) com todas as articulações com ele estabelecidas por Jorge Dias e a sua equipa.Continua hoje a ser o espaço de interrogação e acção para os projectos em torno da revalorização de patrimónios, bem patente no instrumento de trabalho, para uso à escala local,recentemente publicado em França *Guide de l'observation du patrimoine rural* (1999) onde também os instrumentos de trabalho da terra se encontram contemplados.

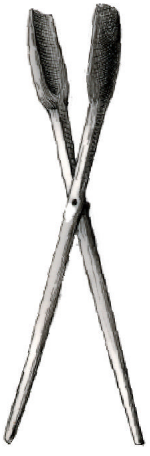
Em primeiro lugar, excluímos a silvicultura naquilo que as árvores têm de exploração específica em si mesma, extensiva e intensiva, pelo aproveitamento da cortiça, das madeiras, dos frutos, etc.; sabendo, no entanto, das múltiplas articulações e lugar que ocupam no contexto da produção agrícola. Assim, são aqui retidas as relações com a agricultura, através das alfaias mais directamente associadas a algum tipo de árvore, como se torna bem patente com as forquilhas, as foices roçadoiras, as padiolas para transporte, próprias do aproveitamento de carumas e matos, pinhas,ramos para paus de sustentação, etc. Por outro lado, o reenvio às árvores deverá ser feito a propósito das qualidades da madeira com que são construídas as alfaias, o aproveitamento de curvaturas naturais, a eventual intervenção sobre a árvore em processo de crescimento, a utilização da própria árvore como suporte (ex.: apoio para espantalho) ou como corpo principal de um equipamento indispensável (ex.: a cegonha ou picota instalada no tronco bifurcado de uma oliveira). Também as árvores têm de ser percebidas tanto na sua importância para a economia, como enquanto marcadores da paisagem, diversificando regiões do país, sinalizando lugares, produzindo memória, participando da elaboração de identidades. A este respeito não podemos deixar de referir o castanheiro da metade norte do país, associado à alimentação arcaica de homens e animais, à excelência da madeira e à sua expressão na arquitectura e no mobiliário, imiscuindo-se pelos quotidianos e contornos da vida doméstica e do ritual. Também o pinheiro, em todo o centro do país, árvore de expansão recente, já neste século, através de processos de reflorestação muitas vezes conflitivos e violentos e com ele o estrume,a lenha para o lume da casa, a madeira.Lembramos,do mesmo modo, o sobreiro e a azinheira, na metade sul do país, com as grandes herdades e a economia extractiva da cortiça e a marcação ininterrupta de uma paisagem em sim-



Varejando a oliveira
Abrantes, Tramagal
Chão de Lucas
1972
Foto BP.

biose com a cultura do trigo e o pasto dos animais. Finalmente, a oliveira e o seu lugar central na alimentação e no simbolismo e ritualidade que pontuam a existência dos indivíduos muito para além das fronteiras que podem ser encontradas na definição de uma sociedade rural. Os contornos da constituição do *corpus* da alfaia agrícola, pressuposto na elaboração destas normas de inventário, tornam-se ténues se pensarmos ainda, quanto à generalidade das árvores, nos instrumentos que intervêm nas podas e enxertias que aqui também contemplamos. Ou seja, referir o universo silvícola é circular num espaço de fronteiras imprecisas pela sua extrema pertinência para a compreensão da actividade agrícola, tanto pela articulação orgânica que com esta mantém como pela sua presença e volumetria da paisagem de um mundo rural de que progressivamente também se desligou.

Um segundo campo não directamente considerado neste caderno é constituído pelas árvores de fruto, tantas vezes de introdução tardia e não sistemática nas práticas culturais de uma economia rural tradicional. Apesar de também se encontrarem na periferia do campo mais específico da alfaia agrícola, daremos um ou outro exemplo que, pela sua presença familiar ou singularidade, desejámos reter (a "ladra", para colher a maçã ou a laranja, que hoje continuamos a encontrar no sector de latoaria e serralharia de qualquer feira; a tenaz dos figos). Mas o facto de não estarem contempladas no cerne do espaço destinado à alfaia agrícola e, portanto, ao trabalho da terra, à agricultura, não nos pode fazer esquecer que as árvores de fruto permitem evocar aspectos de liminar importância. Pensamos na expressão doméstica, familiar e fortemente afectiva dos primeiros "mimos", assim chamados pela escassez da fruta, partilhada e reservada para momentos especiais, como também pensamos nos processos de conservação, em verde ou em seco, e a sua presença olfactiva no espaço da casa ou ritualmente

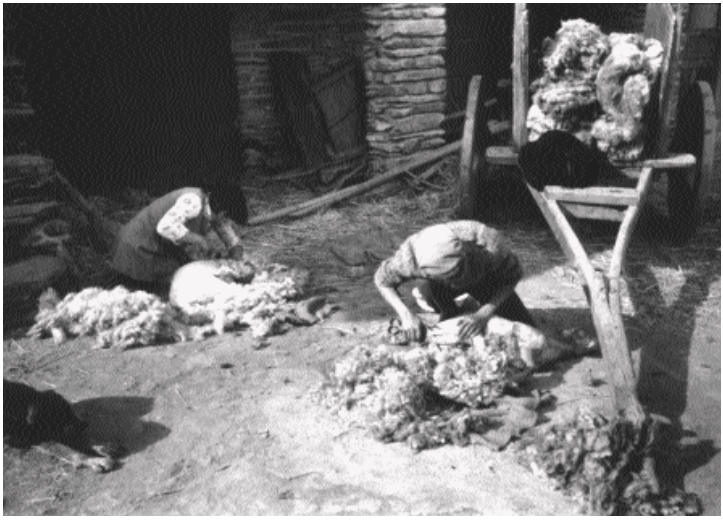


Tenaz de tabaibo
(Figueira da Índia)
Ilha de Porto Santo
MNE AS.254 (Des. FG).

destacada pela circulação desses mesmos frutos em certos dias do calendário. Por outro lado, em algumas pequenas regiões assistiu-se a desenvolvimentos industriais em torno da fruta (com alguns exemplos emblemáticos como os figos no Algarve, as laranjas em Setúbal, as ameixas em Elvas, os pêssegos em Alcobaça) que aconselham a desenvolver articulações com a vida rural mais tradicional e os processos, mais antigos e domésticos, na atenção dada às fruteiras, assim como os usos no consumo e comercialização restrita dos seus frutos. Isto é particularmente pertinente dada a chamada de atenção que este caderno faz para a expressão local/regional das colecções a constituir, inventariar, estudar e dar a conhecer. Podem mesmo existir especificidades que deverão ser retidas pela sua singularidade e pelo modo como podem ser espaço de projecção de uma identidade local (exemplo: a maçã "bravo de Esmolfe"), apesar de aqui não estarmos eventualmente a lidar com uma alfaia específica e, no entanto, por qualquer outra via poder ser estabelecida uma articulação com a agricultura.

Secagem do figo
Algarve
s/d
Bilhete postal (Foto s/ autor).

Um terceiro campo excluído é o do pastoreio que, todavia, destacamos pela maneira como ele aparece já implícito na actividade agrícola tradicional, através da criação e dos cuidados com os animais de trabalho ou com o gado miúdo. Claro que ele não é uma referência neste caderno enquanto actividade específica e exclusiva, tantas vezes em conflito e conceptualmente oposta à agricultura. Mas, assim como um arado ou uma grade não são pensáveis sem os animais de trabalho (ou, posteriormente, o tractor) que permitem a sua utilização, também são estes que, com os fertilizantes naturais que ajudam a compor, permitem a estrumação das terras num ciclo imbricado que organiza todo o calendário agrícola. O lugar e a atenção com os animais, inerentes a esta actividade, surgem ilustrados por algumas alfaias (ex.: a aguilhada dos bois, o barbilho para desmamar os bezerros, a tesoura da tosquia).



Tosquia das ovelhas pelo próprio agricultor
Rio de Onor
1976
Foto JPB.

Um importante sector da capacidade produtiva do espaço agrícola é deixado de fora por não poder ser incluído no campo designado por alfaia. É constituído pelas infra-

-estruturas tecnológicas que culminam o processo produtivo na transformação das colheitas e se concretizam em unidades construídas, isoladas ou incorporadas nos núcleos urbanos: lagares, azenhas, moinhos. O mesmo diremos dos equipamentos destinados à rega (como também daqueles, como a forja, destinados ao fabrico ou manutenção da própria alfaia agrícola). É importante referi-los, situá-los e percebê-los, pois eles são sinais incisivos na paisagem, perduram para além do desaparecimento das actividades que exigiam o seu funcionamento e são frequentemente objecto de projectos museológicos que visam, em simultâneo, preservá-los com a reconversão da sua utilização[5]. São máquinas construídas, importantes para a história das técnicas e da própria sociedade rural e tantas vezes ilustrações de soluções engenhosas localmente encontradas. Esta referência à sua exclusão óbvia destas normas de inventário tem o sentido de acentuar a sua importância como contexto, documento e realidade material que deve ser posta em articulação com as colecções a constituir de alfaia agrícola, no âmbito de projectos que se desenvolvam à escala local e regional. Em alguns casos, eles são mesmo o traço mais marcador de uma paisagem pela densidade da sua distribuição e também pelos problemas e programas de estudo e salvaguarda que hoje levantam, como ocorre, por exemplo, com os moinhos do Guadiana, a mancha de moinhos de vento no cabeço de alguma serra do Oeste ou a sucessão das azenhas em alguns cursos de água.

[5] O estudo das tecnologias tradicionais desenvolvido pelos investigadores do Centro de Estudos de Etnologia resultou em trabalhos de síntese esclarecedores de múltiplos aspectos da actividade agrícola,como os que foram publicados sobre *Aparelhos de elevar água de rega* (1953), *Sistemas primitivos de secagem e armazenagem de produtos agrícolas* (1963), *Construções primitivas* (1969),evocativas do pastoreio e das formas arcaicas de habitar, *Sistemas de moagem* (1983),ou a *Tecnologia tradicional do azeite* (1997), trabalho este que reflecte igualmente um caso concreto de intervenção museológica.

Moinhos no Rio Guadiana
Moura
Foto BP.

Um dos campos incluídos nestas normas de inventário é constituído pelos objectos que visam a protecção das culturas. Esta é feita pela intervenção directa do homem através dos instrumentos de tratamento fito-sanitário (ex.: a enxofradeira, o pulverizador) ou através de intervenções no espaço cultivado que fica marcado por artefactos, dissimulados ou, pelo contrário, exibindo efeitos sonoros e visuais (ex.: armadilhas, caravelas, espantalhos) visando as mesmas finalidades protectoras. Ficam naturalmente de fora todo um conjunto de fórmulas, práticas rituais e procedimentos mágico-religiosos de protecção que podem ser repertoriados em cada situação de pesquisa e pertencem ao quadro conceptual mais amplo que estabelece categorias de relação com os planos que o homem não domina directamente. Encontra-se, aqui, um espaço fecundo para interrogar a dimensão mais imaterial que percorre a sociedade rural que as alfaias agrícolas visam documentar.

Ao configurar o campo da alfaia agrícola surge a absoluta necessidade de dar conta de um instrumento de trabalho ou equipamento transversal de toda a actividade agrícola e da sociedade rural tradicional: o carro. Ele pertence

já a um campo, o dos sistemas de transporte, que, também por isso, incluímos neste caderno de normas de inventário[6]. Uma ressalva é no entanto feita, já que em relação aos transportes apenas foram considerados na classificação apresentada os de tracção humana e animal que se prendem directamente com a vida agrícola. Não se encontram aqui incluídos os que correspondem já a uma motorização ou são, fundamentalmente, transportes urbanos. Assim, há um entrosamento evidente na proposta de inclusão dos sistemas de transporte nestas normas de inventário da alfaia agrícola, já que por eles se percebe um dos traços mais caracterizador e definidor da paisagem rural, os caminhos desenhados no dia a dia dos trabalhos e percursos, assim como em ambos – alfaia agrícola e transportes - se instala a inovação provavelmente mais emblematizadora da modernização da agricultura e da sua mecanização: o tractor.

Tractor com ceifeiros no Alentejo
Foto João Martins – DDF.

[6] O livro de José Luis Alonso Ponga *Los carros en la agricultura de Castilla y León* (1994) regista esta sólida interpenetração, assim como a questão aqui abordada da pesquisa feita agora em contexto de desaparecimento da própria agricultura, com os objectos ao abandono ou com usos decorativos e emblemáticos.

Como

Na constituição das colecções deve ser reunida a máxima informação associada a cada peça, assim se criando as condições para poder evocar relações que permitem melhor perceber e revelar a sociedade, o grupo, o indivíduo a que pertence. Se a peça está em uso, este deve ser descrito, caracterizado e contextualizado. Toda a atenção deve ser prestada às condições e situações de utilização, aos discursos dos seus utilizadores em torno de critérios de funcionalidade e eficácia ou de avaliação estética, assim como sobre as inovações que cada agricultor, mesmo que apenas no campo do discurso, acha que ele próprio trouxe ou poderiam ser trazidas para o artefacto em questão. É importante que as peças deixem de se encontrar remetidas para si mesmas e excessivamente confinadas às tipologias que ilustram ou de que são excepções. O modo de existir de um instrumento de trabalho enquanto artefacto para ser utilizado, transporta consigo maneiras de o usar e extrair dele o máximo de rendimento que diferenciam o seu proprietário e a sua destreza em relação a um outro (ou aos filhos, por exemplo) e são estas condições concretas que deverão ser retidas mesmo quando já por evocações de um passado que a própria peça ajuda a relembrar.

A primeira recomendação que daríamos prende-se com a necessidade de, no processo de constituição de colecções de alfaias agrícolas, se cumprir um plano sistemático. Estas poderão ter como referência o calendário agrícola e, assim, se encontram reunidos todos os instrumentos de trabalho que estão associados à actividade agrícola e à generalidade dos produtos cultivados em determinada região. É este um quadro amplo a ser utilizado como guião para a constituição de uma colecção sistemática, podendo as peças ser procedentes dos mais variados locais, no âmbito do território representado no museu. Mas esse mesmo guião para a constituição de uma colecção de alfaias agrícolas pode ser, por exemplo, construído a partir de uma única casa de lavoura,

com o que permite de intensificação de estudo monográfico e de história económica e social que as alfaias ali reunidas vêm documentar; como pode também ter como referência uma única produção ou um fabricante de alfaias agrícolas ou um único informante, etc. O importante é entender a constituição da colecção como um acto de pesquisa evitando os objectos desgarrados e aleatórios que dificultariam uma apreensão coerente do conjunto[7].

A segunda recomendação é consequente da primeira e traduz-se na necessidade, imperiosa e prioritária, de reunir informação no terreno sobre os artefactos recolhidos. Ela prende-se tanto com a representatividade como com a singularidade de cada alfaia concreta, ou seja, tanto enquanto exemplo de inserção numa cadeia operatória, num tipo de cultura ou de organização de trabalho, como no seu acabamento concreto e na relação que o seu utilizador e/ou proprietário com ela pode estabelecer e exprimir. Quer dizer, então, que é importante estar atento à individualidade das pessoas que são os nossos informantes sobre as alfaias que detêm ou de que falam e que serão objectos de aquisição para o museu. Por outro lado, é importante estar atento aos protagonismos e aos protagonistas de processos técnicos, sociais, simbólicos que as alfaias podem documentar, frequentemente associados ao papel de pessoas, vivas ou não, que assim, também por esta via, são trazidas a habitar um universo, com frequência distanciado e frio, de uma colecção de alfaias agrícolas. Estes protagonismos podem estar associados a inovações em torno do uso de energias, sistemas de cultivo, utilização de novos materiais, papel desempenhado por fabricantes, comerciantes e intermediários, etc. E todo esse esforço e atenção colocados na recolha de informação *in situ* ajuda a identificação dos contextos locais, regionais ou

[7] Nos seus *Apontamentos sobre museologia* (1971) Ernesto Veiga de Oliveira acentuava bem este aspecto.

Ferreiro na Feira de Bragança
1981
Foto JPB.

nacionais (e internacionais) que, sempre à escala localizada da constituição da colecção, vão permitir devolver a cada peça uma biografia e uma capacidade de evocar as pessoas concretas que as usaram, as venderam ou fabricaram.

Os dois procedimentos antes referidos tornam afinal evidente algo tantas vezes ausente do trabalho museológico, redutoramente entendido como um procedimento técnico fundado mais na realidade material dos artefactos do que no modo de aceder através deles às pessoas que lhe estão na origem e os habitaram. Esta mutação faz com que aqueles que procedem à recolha e à informação no terreno sejam eles próprios actores sociais que, não apenas pela sua competência técnica ou domínio de normas eficazes e correctas de inventariação, mas pelo olhar atento e pela história e processos sociais que partilham estarão mais próximos de revelar aqueles que foram os fabricantes da paisagem local,os processos dessa fabricação, num percurso que continuamente se desloca entre a apreensão local de um território e da sua história e a emergência de indivíduos, pessoas com nome, familiares que trazem com o seu corpo, o seu olhar, a sua fala, a sua singularidade de sujeito, a diversidade da composição do grupo e a possibilidade de narrativas retomadas pelos elos de relacionamentos e de memórias que cada dia são sujeitos de novas apropriações.

Para tornar mais claro estas indicações para a recolha das alfaias e, consequentemente, o enriquecimento de informação que deverá acompanhar o seu inventário, lembraremos uma acentuada diferença entre este tipo de artefacto no acervo de um museu nacional, constituído à escala do país, ou em colecções recolhidas, por exemplo, na área de influência de um museu municipal. O primeiro tende a contemplar as variações morfológicas, a constituição de tipologias, a representatividade de cada uma das alfaias no espaço das categorias consideradas, num esforço de conhecimento que cruza a análise e a síntese interpretativa e visa a comparação em âmbito transnacional. Ficam, por isso secundarizadas ou deslocadas para um plano considerado eventualmente menos pertinente as singularidades mais aleatórias, casuais ou transgressoras, ou a própria individualidade de cada uma das alfaias consideradas na vertente concreta da sua existência e pertença a alguém que a usou. As segundas colecções, constituídas à escala local, raramente contemplam, por isso mesmo, variações de modelos ou tipos de alfaia, pois em relação a cada uma, só um é localmente utilizado. Não é, portanto, pela via das diversidades morfológicas e da comparação de tipologias que estas colecções se podem destacar. Por outro lado, o facto de, na generalidade dos museus locais, ser recorrente o mesmo género de colecções, tende a reforçar o carácter relativamente estático, repetitivo e mesmo formalmente homólogo do lugar que ocupam e dos modos de apresentação dessas colecções nos museus[8]. Sugerimos, então, duas perspectivas que poderiam ser exploradas e que têm a particularidade de só o poderem ser à escala dos museus

[8] Nos sucessivos volumes do *Roteiro de Museus* (1997-1999) da Caminus, valioso instrumento de trabalho para a avaliação da realidade museológica nacional,este efeito de repetição não poderia ser mais patente.Há também situações em que o local é atravessado por uma fronteira onde convivem dois tipos de instrumento para a mesma função, como em Idanha-a-Nova com os trilhos de tábua e de "rodízio",a ilustrar no terreno (Jerónimo 1997) a configuração do mapa correspondente do *Atlas Etnológico* de J. Dias e F. Galhano.

locais. Elas permitem um modo de interrogar diferenciações e de propor ilustrações a partir de alfaias idênticas, pois são representativas do mesmo tipo (ex.: o tipo de mangual, de arado, de carro, ali utilizados). Assim, é possível chamar a atenção para o facto de a mesma alfaia poder tomar formas ou modos de utilização diferenciados em regiões próximas daquela onde se situa o museu que procede à sua recolha. Isto vai permitir, com a presença dos vizinhos, incorporar algo do discurso de alteridade e, assim, exercitar a comparação que, aliás, só se torna possível pela esfera íntima e atenta, porque também afectiva e competitiva, como acontece com todas as comparações entre vizinhos próximos em relação aos quais, no plano da fala e das avaliações classificatórias, as mais pequenas variações se transformam em radicais diferenças[9]. Pela segunda perspectiva, agora no plano da diferenciação interna, devem tomar-se em conta as apropriações individuais das alfaias, as transformações de que elas são objecto no processo de adaptação ao corpo do seu utilizador ou à sua maneira de trabalhar e registar pequenos acertos, inovações, invenções ou narrativas de factos, reais ou efabulados, de que determinado instrumento de trabalho foi objecto ou protagonista (ex.: um incêndio, uma dádiva, um esquecimento, um *fait-divers*). Ao fazê-lo procede-se a um deslocamento de atenção centrada sobre o objecto para as pessoas, neste caso os habitantes em relação aos quais os visitantes se situam pelas redes de parentesco, vizinhança, conhecimento difuso que entretecem a história e o anedotário local. Por isto mesmo, repetimos, o colector que procede à recolha e ao estudo das alfaias é também ele protagonista da elaboração das narrativas que é possível construir em torno das alfaias que vão ser mostradas.

[9] Esta percepção ou invenção de diferenças entre entidades contíguas ou próximas foi lida à luz da dialectometria (tantas mais diferenças percebidas quanto maior a proximidade) por Fabre e Lacroix (1975) num estimulante artigo.

Onde

Ao alargar o âmbito das normas de inventário da alfaia agrícola no sentido de as devolver à teia de relações, tensões, conflitos e reciprocidades de uma sociedade rural que permite aprofundar o conhecimento da história insistimos sempre na importância da documentação que deve ser reunida. Dentre esta, deixando de lado os arquivos e a bibliografia cuja procura decorre do objecto de pesquisa, destacaremos a imagem e o som.

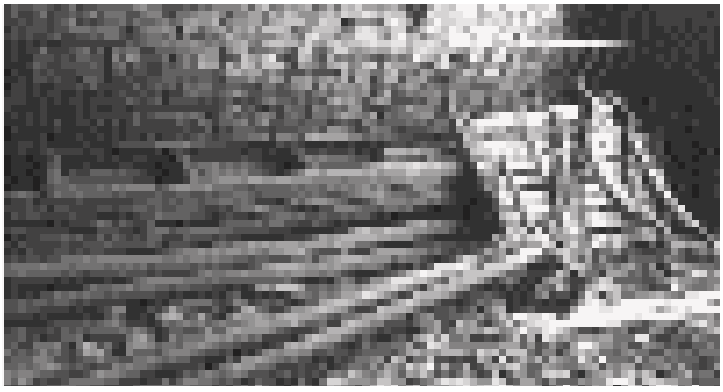
Faina agrícola nos arredores de Moura
s/d
Foto Zambrano Gomez – CEE.

A imagem tem hoje um lugar de destaque nos sucessivos momentos que acompanham a recolha, o estudo e a apresentação de uma colecção de artefactos. E parece-nos particularmente estimulante quando pensada à escala de museus locais. Assim, para a constituição de um acervo de imagens deparamos, em geral, com duas fontes que devem ser cuidadosamente pesquisadas. A primeira passa pela identificação das casas de um estrato da população mais abastado que, ao longo do tempo, poderá ter tido acesso a fotografias, por eles próprios produzidas ou encomendadas. A segunda refere-se aos fotógrafos com estabelecimentos locais onde podem ser encontradas e constituídas colecções

representativas de um conjunto de eventos que, em geral, respeitam ao ciclo de vida dos indivíduos, às festividades locais, mas onde muita outra informação pode estar retida. Nestes casos, o acto da recolha é já, em si mesmo, um programa de animação e intervenção que tende a atrair a participação dos proprietários das fotografias, ao mesmo tempo que deve propor actividades ou utilizações finais gratificantes dessa recolha. Um programa semelhante de recolha pode ter essa insubstituível informação, cheia de memórias, de afectos e de mitologia familiar despoletadas por aquelas imagens onde se podem ver e identificar, num canto da quinta, os animais a lavrar e quem os conduz, alguém a colher fruta, os participantes de uma cena doméstica, o cenário e envolvimento espacial, arquitectónico e social onde aquelas peças existem. Dever-se-á alcançar, num primeiro patamar, a possibilidade das colecções estarem sempre associadas, directa ou indirectamente, a um sólido fundo documental onde a vida social e cultural da localidade (da região) é ilustrada, contextualizada e continuamente enriquecida com novas imagens. Por isso, também para este as colecções de postais que acompanham a própria história da fotografia podem tornar-se documentos preciosos.

Num outro patamar deve ser procurada a informação iconográfica sobre aqueles artefactos ou peças semelhantes ainda em uso e fotografados nos vários momentos de uma operação agrícola, num processo de trabalho, etc. Finalmente, os objectos devem ser fotografados no acto da recolha, nos locais onde se encontram guardados ou abandonados e, assim, na combinação de todas estas informações o museu revela também a própria intimidade dos espaços habitados, eles próprios deixando perceber as actividades, as transfomações, a história de que estas alfaias fazem parte.

Uma vertente hoje transformada em instrumento dinâmico e, além disso, económico da acção do museu é dada pela utilização do vídeo. Ela deve ultrapassar o simples uso



Arados e jugos fora de uso.
Herdade de Vale Feitoso
Penha Garcia
1997
Foto JPB.

doméstico e imediatista para ser apreendida e praticada como uma linguagem, um modo de aproximar a realidade e de construir um objecto capaz de ser partilhado por públicos amplos e diversificados. O vídeo permite associar a imagem e o som e, assim, dar um lugar destacado aos informantes que, quase sempre, no caso da alfaia agrícola, estarão já separados da sua utilização efectiva,mas cuja oralidade é simultaneamente história, singularidade de sujeito, documento sobre o presente da recolha de acrescida importância no futuro e também meio de comunicação lúdica e reflexiva quando é devolvido àqueles que foram, no terreno, os interlocutores da pesquisa.

Todos estes meios, a imagem, o som e também o desenho, são vertentes da acção do museu nos seus modos de intervir junto dos públicos que o visitam, que o tornam mais ágil no relacionamento com outras instituições como escolas, autarquias, museus nacionais, centros de pesquisa, etc. E este é sempre feito de interrogações a partir do presente onde os objectos são o pretexto para o descobrimento das pessoas. As normas de inventário podem também ser formas de inventar a acção dos museus.

JOAQUIM PAIS DE BRITO

Março 2000

NOTA INTRODUTÓRIA

Os procedimentos metodológicos aqui apresentados como propostas para o inventário das colecções portuguesas de alfaia agrícola e transportes constituem o resultado directo do inventário das colecções do Museu Nacional de Etnologia desenvolvido no Programa *Matriz* desde 1997. Desejamos, no entanto, que estes princípios orientadores não se entendam como vinculados em exclusivo a este programa de inventário do património móvel,e que possam ser entendidos, sobretudo da perspectiva daqueles que se constituem como os nossos interlocutores privilegiados – os museus locais ou regionais com colecções etnográficas –, como úteis na adaptação a outros programas congéneres, ou mesmo, quando apenas se disponham de meios escassos, para a constituição de ficheiros manuais.

Dispondo o Programa *Matriz* de uma ficha própria para a inventariação de colecções etnográficas, as designações dos campos de inventário que são objecto deste caderno correspondem aos campos principais dessa Supercategoria de "Etnologia", não tendo sido aqui abordados determinados campos, tais como "datação", "modo de incorporação", "bibliografia", etc., cujos procedimentos de inventário são de âmbito mais geral, tendo sido já abordados nas *Normas Gerais (Artes Plásticas e Artes Decorativas)* elaboradas pelo Instituto Português de Museus.

Tratando-se de um caderno de normas de inventário, não pretendemos aqui apresentar em pormenor os modelos classificatórios, as tipologias ou as diversidades reveladoras da adaptação a cada tipo de solo, relevo, clima ou produção cerealífera correspondente a cada região dos muitos tipos de instrumentos do trabalho da terra e dos sistemas de transporte. Assim, identificamos apenas tipologias simplificadas de alguns instrumentos – arados, foices, manguais,

trilhos, carros de bois –, e remetemos para a bibliografia o leitor mais interessado. Aqui poderá encontrar os estudos fundamentais para a devida contextualização e classificação dessas tecnologias, a maior parte dos quais, no caso do nosso País, elaborada pela própria equipa que, entre 1965 e o final dos anos '70, procedeu às recolhas sistemáticas de que resultaram as colecções do Museu Nacional de Etnologia, na sequência dos projectos de investigação do Centro de Estudos de Etnologia desenvolvidos a partir de 1947.

CLASSIFICAÇÃO

CATEGORIA

No processo de classificação das colecções de um museu, a categoria constitui um conceito muito geral que exprime a relação que se pode estabelecer entre os diversos conjuntos ou séries de objectos. O objectivo desta classificação é o de alcançar um nível mais apurado de sistematização dos agrupamentos de peças, de modo a viabilizar uma melhor gestão e acessibilidade à informação do inventário dessas colecções.

No caso das colecções etnográficas, nas quais as marcas do uso dos objectos que as compõem se constituem como componente fundamental, sendo este um dos traços que, entre outros, permite, de um modo geral, distinguir estes objectos das peças de "artesanato",o critério principal para definir a categoria do objecto é usualmente o da sua funcionalidade, ou seja, a utilização do objecto para o fim para que foi concebido, ao invés de colecções de outro âmbito, nomeadamente as de arte, nas quais a classificação dos objectos que as compõem é usualmente definida a partir da matéria (metais, etc.) ou da técnica (pintura, iluminura, escultura, gravura, etc.).

É,contudo, difícil a elaboração de uma classificação das colecções etnográficas com recurso a um critério único, sendo por vezes inevitável o critério da técnica sobrepor-se ao da função, como nos casos das colecções de "cestaria", "olaria", "tanoaria", etc., no interior das quais se podem descobrir objectos com funções muito diversas. Por vezes é ainda a forma que se adopta para dar sentido a objectos de usos muito diversos, como no conceito operatório de "alfaia do sistema de dentes", no qual se reunem instrumentos de recolha e mobilização de fenos, palhas, matos, estrumes, limos, etc., ou mesmo instrumentos utilizados

para cobrir sementes e culturas, na fronteira ténue com os processos de mobilização da terra.

Por outro lado, a adopção da função desempenhada pelos objectos como critério fundamental na classificação das colecções etnográficas não invalida que alfaias recolhidas noutro contexto de uso que não directamente ligado às actividades produtivas a que inicialmente se encontraram ligadas, por exemplo a funções decorativas, sejam inventariadas tendo em conta essa função inicial, assinalando contudo na ficha de inventário, em campo adequado, essa alteração de função. Exceptuam-se claramente determinados objectos, como é, entre nós, o caso paradigmático dos jugos ricamente decorados do Noroeste, que, concebidos hoje especificamente como objectos decorativos, já não apresentam, no momento do seu fabrico, todos os elementos funcionais indispensáveis à sua utilização como instrumentos de atrelagem dos animais, ou, para todo o País, o caso das miniaturas de alfaias agrícolas, de transportes,de vasilhame e tantos outros objectos evocativos do quotidiano em meio rural tradicional, que, ainda que reproduzindo de modo fiel a forma desses instrumentos, situam-se já no plano de outras funcionalidades, económicas, pedagógicas, ou simbólicas, sem no entanto excluir a sua inventariação com base em outros critérios, como por exemplo a aprendizagem do trabalho do campo nas escolas.

Há também a considerar as dificuldades que suscitam, pretendendo-se recorrer ao critério da funcionalidade, a classificação e o inventário de objectos marcadamente plurifuncionais, como por exemplo os cestos, utilizados para uma multiplicidade de fins, associados a actividades agrícolas, silvícolas, domésticas, etc., ou, para referir apenas um caso de entre os muitos possíveis, o tipo de aguilhada para condução do gado que apresenta, numa das extremidades, uma pequena pá destinada à limpeza da relha do arado.

Nas presentes *Normas de Inventário* são consideradas, para a classificação das colecções etnográficas, duas categorias que correspondem a dois conjuntos de objectos de central importância no mundo rural tradicional. São elas:

Alfaia agrícola
Transportes

Estas duas categorias estão de tal modo intimamente ligadas entre si que, em muitos casos, devem ser pensadas conjuntamente, como é o caso evidente do arado, instrumento agrícola por excelência, o jugo e a chavelha, estes últimos constituindo o mesmo sistema de atrelagem utilizado para apor os animais ao carro que transporta as próprias alfaias, os estrumes e os frutos do trabalho sobre a terra.

SUBCATEGORIA

No interior de cada um desses grandes conjuntos da alfaia agrícola e dos transportes, a inventariação das colecções é efectuada ainda com recurso ao critério da Subcategoria em que insere cada objecto, destacando de um modo mais apurado a funcionalidade deste e permitindo, do ponto de vista do utilizador do Programa *Matriz*, uma eficaz acessibilidade à informação desejada.

EX.: *Instrumentos de corte e manuseio de forragens*

O sistema de classificação aqui apresentado foi pensado sobretudo a partir das próprias colecções do Museu Nacional de Etnologia e assume-se como herdeiro do trabalho da equipa que, primeiro no Centro de Estudos de Etnologia e depois no próprio museu, desenvolveu os estudos sistemáticos com vista ao seu conhecimento profundo e que também as reuniu e inventariou. Constitui-se, por-

tanto, como uma de entre as várias soluções possíveis na classificação dos materiais etnológicos, passível ainda, pelo seu carácter de relativa abertura, de conhecer adaptações em função das necessidades de colecções específicas, nomeadamente a possibilidade de, para uma determinada subcategoria, criar uma extensão de objectos "Acessórios e Correlacionados", procedimento que não deverá, no entanto, ser entendido como um terceiro nível de classificação da peça.

EX.: *Transportes de tracção animal*
EX.: *Transportes de tracção animal/acessórios e correlacionados*

No caso da alfaia agrícola, permite-nos leituras dos objectos simultaneamente em diversos planos, desde logo o acompanhamento do próprio ciclo agro-laboral e as operações específicas que lhe estão associadas em cada fase, desde as lavras e as sementeiras no Inverno, as mondas e as regas na Primavera, às colheitas, debulhas e limpezas dos cereais no Verão. Excluem-se intencionalmente deste esquema de classificação os sistemas de secagem e armazenamento de cereais e outros produtos da terra, por se intersectarem com a arquitectura tradicional, no caso dos espigueiros, com o mobiliário doméstico, no caso das arcas de cereais, ou com vasilhames de diverso tipo[10], como o tanho, que nos Açores e em alguns pontos do Algarve é utilizado para a conservação do milho, todos exemplos de que não lidamos já directamente com actividades sobre a terra mas apenas com os seus produtos, trazidos agora para a casa, a cozinha e a alimentação. Sendo o *Matriz* um programa para o inventário do património móvel, não se incluem igualmente neste esquema de clas-

[10] Outros instrumentos, como os sacos, encontram-se ainda na fronteira indelével com os próprios transportes.

sificação outros equipamentos ligados ainda à produção de alimentos, tais como os aparelhos de elevar água de rega, ou já do domínio da transformação destes bens, como moinhos, lagares, etc.

Tratando-se na maior parte dos casos de objectos de produção local ou regional, este sistema permite ainda, a inclusão e a inventariação dos primeiros sinais materiais da transição dos velhos modos e instrumentos de trabalho da terra para a mecanização da agricultura e o tratamento químico das colheitas, cujos efeitos se fizeram sentir não apenas na paisagem mas também na própria estrutura social, na economia e na demografia. Disto são exemplo a possibilidade de inventariação de alfaias como o motor de rega, o pulverizador, o descarolador, a tarara e as primeiras gadanheiras e ceifeiras mecânicas, para além de alfaias não mecanizadas mas já de produção industrial como charruas, semeadores, sachadores, etc.

No caso dos transportes, a elaboração de um sistema de classificação torna-se mais complexa pelo facto de no seu interior coexistirem, quase obrigatoriamente, os objectos (carros, carroças, zorras, jugos, chavelhas, etc.), as formas de acarreio ou tracção (humano ou animal) e os meios (terrestre ou aquático) em que se processa o transporte, e, como tal, a lógica intrínseca da ordenação deste conjunto de subcategorias é assumidamente diferente da lógica pensada para a categoria de alfaia agrícola. Como tal, trata-se de um sistema classificatório de maior abertura, passível de nele se poderem incluir outras subcategorias, inclusive uma de "Transportes motorizados", na qual se procederia ao inventário de objectos que, como o tractor ou o motocultivador, por nós foram assumidamente excluídos dado o universo material das colecções portuguesas de alfaia agrícola e transportes do Museu Nacional de Etnologia, para cujo inventário adoptámos o sistema classificatório que seguidamente se apresenta.

ALFAIA AGRÍCOLA

Instrumentos de mobilização da terra

EX. *arado, charrua, enxada, grade, desterroador, maço, etc.*

Acessórios e Correlacionados

EX. *aguilhada, arrilhada, alçadoiro, etc.*

Instrumentos de recolha e manuseio de fertilizantes naturais

EX. *foicinho, enxada, gancho, forcado, etc.*

Instrumentos de corte e manuseio de forragens

EX. *gadanha, ancinho, corta-palhas, foicinho, etc.*

Acessórios e Correlacionados

EX. *bigorna,relho, arrocho, pedra de afiar a lâmina da gadanha, etc.*

Instrumentos de sementeira

EX. *espicha, semeador à linha, semeador de peito, cesta, bornal, etc.*

Instrumentos de poda e enxertia

EX. *tesoura de poda,serrote de poda da oliveira,etc.*

Instrumentos de rega e monda

EX. *sacho, enxada,sachador, aguadouro, cabaço, motor de rega, medida de água, etc.*

Instrumentos de protecção e tratamento

EX. *enxofradeira, torpilha, pulverizador, seringa da filoxera,espantalho, caravela, ratoeira para toupeiras e ratos do campo, ratoeira de fogo, funda da passarada, etc.*

Instrumentos de colheita de frutos e tubérculos

EX.: *ladra, ripo, tenaz de tabaibo, forcado para arranque da beterraba, vara de varejar, etc.*

Instrumentos de colheita de cereais

EX.: *foice, dedeiras, etc.*

Acessórios e Correlacionados

EX.: *suporte de foicinha,banco de picar foicinhas, etc.*

Instrumentos de debulha

EX.: *trilho, mangual,furador, pedra de debulhar, malhadeira, descarolador, etc.*

Instrumentos de limpeza de cereais e manuseio de palhas

EX.: *forcado, forquilha, crivo, joeira,pá, rodo, tarara, etc.*

Acessórios e Correlacionados

EX.: *estaca para crivo, etc.*

TRANSPORTES

Transportes de tracção humana

EX.: *carreta, zorra,carro de mão, etc.*

Instrumentos de acarreio humano

EX.: *cesto, canastra, cabaz,etc.*

Acessórios e Correlacionados

EX.: *rodilha, cajado, "sacho" de cesto vindimo, etc.*

Transportes de tracção animal

EX.: *carroça, carro de bois, galera, etc.*

Acessórios e Correlacionados

EX.: *tabuleta, fueiro, etc.*

Transportes a dorso de animal

EX.: *ceirão, cangalha, albarda, cesto asnal, caniço, etc.*

Instrumentos de atrelagem

EX.: *jugo, chavelha, molhelha, tamoeiro, barrigueira, arreio, etc.*

Instrumentos de condução e controle dos animais

EX.: *aguilhada, sogas, freio, cabeçada, cofinho, barbilho, etc.*

Transportes aquáticos

EX.: *jangada para recolha do sargaço, etc.*

Acessórios e Correlacionados

EX.: *rodado de jangada para recolha do sargaço, etc.*

Os objectos que aqui se distribuem e classificam em diversas subcategorias inscrevem-se em tipologias morfológicas, elaboradas com grande precisão por Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira e apresentadas em diversos estudos monográficos sobre a cultura material: *Os arados portugueses e as suas prováveis origens* (1948), *Alfaia agrícola portuguesa* (1979), *Tecnologia tradicional agrícola dos Açores* (1987), *Actividades agro-marítimas em Portugal* (1975), *O carro de bois em Portugal* (1973), *Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal* (1973), etc. Essas tipologias, que constituem um instrumento importante não apenas para o conhecimento das

alfaias e dos transportes específicos ou dominantes em cada região, como também para o conhecimento, no âmbito da totalidade do País (cf. *Atlas etnológico de Portugal continental*), da diversidade e da complexidade dos vários sistemas, não são, dado os objectivos deste caderno, aqui desenvolvidas[11]. No entanto, elas deverão sempre ser consideradas como indispensáveis na aproximação aos objectos e na elaboração das respectivas fichas de inventário.

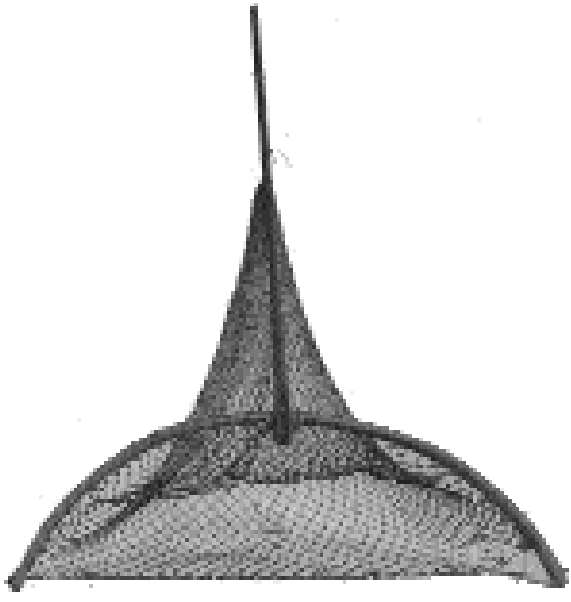
[11] Apresentamos apenas exemplos simplificados de algumas destas tipologias para melhor entendimento da diversidade morfológica de objectos como os arados,os carros de bois, os jugos,etc.

IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO

De entre os procedimentos metodológicos com vista ao inventário de uma colecção etnográfica, deve contar-se sempre o cuidado na normalização das denominações dos objectos do mesmo tipo.

Este procedimento prende-se com o facto de, no caso das colecções etnográficas portuguesas, as designações técnicas constituirem frequentemente utilizações genéricas de designações de proveniência regional mais ou menos ampla, mas, muitas vezes, sem correspondência com a diversidade linguística do País. Por outro lado, no caso de exemplos da cultura material específica de uma determinada região, articula-se com a quase inevitabilidade de proceder à utilização da designação singular desses objectos na



Rodafole
Esposende, Fão
MNEAO. 531
Foto JP

região que os produz. Como exemplos lembramos o *Relho*, utilizado na região de Viana do Castelo para evitar romper a corda com que se atam os feixes de erva, e o *Rodafole*, nome que se dá em Esposende ao saco de rede com armação de madeira para a apanha do sargaço que flutua junto à costa. No entanto, a *Espicha*, nome que em Melgaço se dá a um pequeno pau, encurvado e aguçado numa das extremidades, com que se enterra o milho, grão a grão, na terra, deve neste campo ser registado como "Pau de Semear".

Relho
Viana do Castelo, Outeiro
MNEAS. 548
Des. FG

Caso não se proceda à normalização das designações técnicas e as terminologias locais forem adoptadas para cumprir aquela função corre-se ainda o risco de inventariar peças formal e funcionalmente diversas sob a mesma designação, dada a ampla diversidade de significados que um mesmo termo pode assumir segundo os contextos locais ou regionais onde é utilizado.

Esta tarefa deve ser preparatória à do próprio registo e inventário das peças com o objectivo final de facilitar a acessibilidade à informação, quer nos ficheiros manuais, quer numa base de dados informatizada. Além disso, esta operação deve poder ser realizada ora pelos técnicos do museu, ora pelo variado público a que ele acorre, sem margens para dúvidas quanto à coincidência do resultado de uma pesquisa com o número total do tipo de objectos procurados existentes na colecção do museu.

Pau de semear (espicha)
Melgaço
MNEAP. 856
Des. FG

No caso dos utilizadores do Programa *Matriz*, a identificação técnica da peça deve ser registada exclusivamente no campo Denominação, remetendo-se a respectiva designação local para campo próprio.

EX.:	*Arado*
	Ancinho
	Enxada
	Foicinha
	Pau de semear

OUTRAS DENOMINAÇÕES

Sempre que sejam conhecidas as designações locais ou regionais de um objecto, estas devem ser incluídas na ficha de inventário. No caso do Programa *Matriz*, estas nomenclaturas devem ser inscritas no campo Outras denominações. No Museu Nacional de Etnologia colocamos também estas designações locais entre aspas para melhor as distinguir das denominações técnicas, como se exemplifica para os casos indicados no campo anterior:

EX.: *"Aravessa"*
"Gaiteira"
"Enxada de gancha"
"Gadanho"
"Espicha"

Ainda no caso de, no local da sua recolha, um mesmo objecto ser identificado por várias designações, estas deverão ser registadas, separadas por ponto e vírgula, igualmente no campo Outras denominações, como no caso de uma foicinha da colecção do MNE (N.º de inv.º AR.593), recolhida em 1970 em Salto, Montalegre, que recebeu localmente também a designação de "gadanho" por ter sido elaborada a partir de uma velha lâmina de gadanha, ou de um aguadouro que na Pampilhosa da Serra recebe a designação arcaica de "Ogadouro" (N.º de inv.ºAR.821).

EX.: "Foicinha"; "Gadanho"
"Cabaço"; "Ogadouro"

Salientamos a necessidade da procura e identificação da diversidade de nomenclaturas locais e regionais no processo de constituição de uma colecção etnográfica. Nesta interrogação do objecto, em contexto de uso ou já noutro

que veio a substituir a sua primeira função, e no cruzamento de olhares e métodos diversos (da museologia, da antropologia, da linguística e da história social) o museu local pode contribuir para a elaboração do retrato da região em que se insere, através da revelação dos arcaísmos ou dos estrangeirismos com que homens e mulheres designam os objectos dos seus quotidianos e tempos de festa segundo diferenças ou recorrências entre grupos de idade, classes sociais ou grupos socioprofissionais.

NÚMERO DE INVENTÁRIO

O número de inventário de um objecto etnográfico em contexto museológico constitui, tal como a sua designação, um elemento indispensável para a sua identificação, sobretudo no caso em que na mesma colecção coexistam objectos semelhantes ou mesmo formalmente idênticos.

Como princípio geral, cada peça do acervo de um museu deverá ser registada com um número de inventário único. No caso do Museu Nacional de Etnologia, cujo inventário foi iniciado na década de 1960, logo após a constituição das suas primeiras colecções, as peças estão identificadas com um número de inventário alfanumérico sequencial e crescente.

EX.: AA.001
AA.002

No entanto, no âmbito da disciplina e das práticas museológicas, coexistem actualmente diversas tendências no que respeita à lógica de atribuição do número de inventário, adoptando-se, por exemplo, o número de inventário único e sequencial antecedido da sigla do museu, ou elaborando um número de inventário composto por três conjuntos de algarismos, que identificam respectivamente o ano

da incorporação, o número da colecção a que pertence e o número de ordem da peça dentro desta, o que resultaria nas seguintes soluções:

EX.: MNE AA.001
1962.01.368

Para citar ainda outra lógica de organização de um inventário, referimos aqui a experiência levada a efeito no âmbito da constituição das colecções de alfaia agrícola e de olaria do Centro Cultural Raiano em Idanha-a-Nova. Para ambas as colecções, constituídas em contexto de pesquisa, foi adoptada uma lógica comum de inventário que permite identificar simultaneamente a colecção em que o objecto se insere (A – Agricultura; O – Olaria), a freguesia de proveniência no interior desse concelho (M – Monsanto; SE – Salvaterra do Extremo; etc.), bem como o número de ordem no interior dessa colecção:

EX.: A / SE.2
O / M.187

No caso dos Elementos de um Conjunto, o número de inventário deveria permitir identificar imediatamente essa particularidade, atribuindo um número-base comum aos vários elementos, e diferenciando cada um destes pela atribuição de um número de série no interior desse conjunto, como nas seguintes modalidades, a terceira das quais permite ainda visualizar imediatamente o número total de peças que o constituem:

EX.: AZ.809/1
AZ.809/2
AZ.809/3

EX.: BA.307/a
BA.307/b
BA.307/c

EX.: BL.204/1-18
BL.204/2-18
BL.204/3-18

A adopção desta lógica de desdobramento de um número de inventário para a inventariação de elementos de um conjunto implica, porém, no caso dos inventários manuais, uma mais difícil percepção da totalidade de peças existentes no interior de uma colecção ou mesmo do acervo do museu, o que não sucede no caso dos inventários informatizados uma vez que estes permitem, regra geral, a quantificação imediata do total dos registos de inventário.

Por questões de segurança, o número de inventário, marcado na própria peça com recurso a materiais e técnicas específicas para cada tipo de suporte[12], deverá ser registado, para além da ficha do inventário informatizado, num cadastro manual, designado por Livro de Inventário, Livro de Tombo ou, ainda, Livro de Registo, no qual deve coexistir com outras informações essenciais sobre a peça. No caso do Museu Nacional de Etnologia, no Livro de Tombo são indicados a data de registo e o número de colecção em que se integra o objecto, a data e o modo de aquisição (e, quando se trata de uma compra, o seu custo), o adquirente, o local de proveniência, a designação e a função da peça, para além da sua descrição sucinta, sendo outras informações registadas nas observações. Quando se trata de peças em depósito, o seu cadastro é efectuado em livro de tombo independente.

[12] Cf. *Normas de Inventário – Normas Gerais (Artes Plásticas e Artes Decorativas)*, Lisboa,Instituto Português de Museus,1999,pp. 31-32.

Chama-se ainda a atenção para a necessidade de, quando se procede a uma transcrição ou, sobretudo, à revisão de inventários manuais para ambiente informatizado, preservar os ficheiros ou registos de inventário anteriores, que, para além de se constituirem como elementos biográficos das peças de um museu, se apresentam como instrumentos fundamentais para o estudo da evolução do conhecimento dessas colecções no interior da instituição e para a própria história desta.

ELEMENTO DE UM CONJUNTO

No inventário das colecções sobre as quais nos debruçamos neste texto, devem ser consideradas como constituindo elementos de um conjunto as peças individuais do ponto de vista da sua materialidade, formal e/ou funcionalmente distintas, que normalmente são utilizadas conjuntamente, não obstante poderem ser utilizadas individualmente.

A cada peça do conjunto deverá corresponder uma ficha de inventário individualizada, indicando-se, no campo Elemento de um Conjunto desta mesma ficha, a localização, a denominação e o número de inventário das demais peças que com esta formam conjunto, como nos dois casos seguintes.

Malhadeira e maço
Vila Verde, Gondomar
MNE AY. 263 e AY. 264
Foto JP.

Instituto Português de Museus

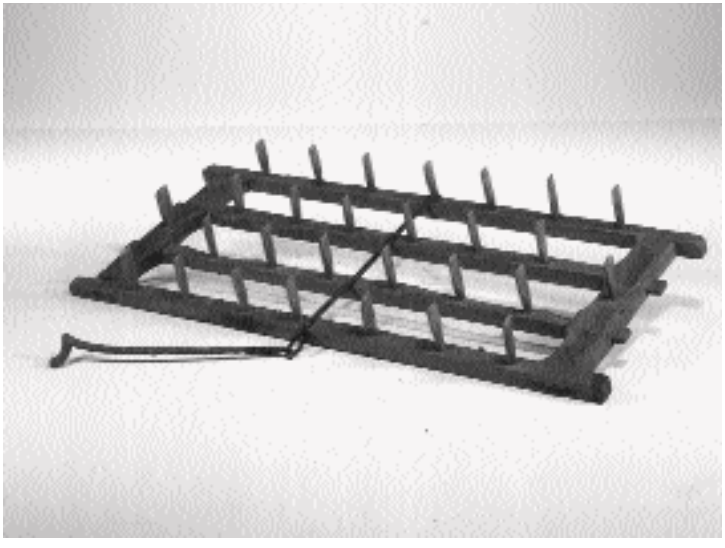
MATRIZ
Inventário do Património Móvel
Informação Completa sobre Peças

Elemento de um conjunto:

Localização	Denominação	Nº de Inventário
Reservas	Malhadeira	AY. 263
Reservas	Maço	AY. 264

Elemento de um conjunto:

Localização	Denominação	Nº de Inventário
Reservas	Grade	AY. 296
Reservas	Alçadoiro	AY. 297



Grade e alçadoiro
Celorico de Basto, Tecla
MNE AY. 296 e AY. 297
Foto JP.

Não devem ser considerados elementos de um conjunto as partes constitutivas de um todo que não possam desempenhar uma função independentemente umas das outras, mesmo quando, em contexto de uso, pelo seu desgaste normal ou por qualquer outra razão, como por exemplo a preferência por um tipo de madeira em detrimento de outro, pudessem ser intermutáveis ou substituídas por outras partes semelhantes. Assim, não podem ser consideradas elementos de um conjunto as partes de um carro de bois, a

mangueira e o *pírtigo* de um mangual, o cabo e a lâmina de uma enxada. Também não podem ser considerados elementos de um conjunto a cana ou a vara de madeira e as argolas ou lascas vegetais que servem de marca do nível da água numa medida de rega, ou os variadíssimos elementos de um arado castelhano (camba, chavilhal, mãozeira, relha, chapas de ferrar, teiró, argolas, cunhas, cunhos, tomos), ainda que, quando se partisse uma mãozeira, ela pudesse ser substituída por ou acrescentada com outro pedaço de madeira, ou que quando se desgastasse a relha, esta pudesse ser substituída por outra adquirida numa feira ou "calçada", isto é, emendada pelo ferreiro local.

Tratando-se de colecções etnográficas, preferencialmente constituídas em contexto de pesquisa, o critério de funcionalidade que preside à identificação dos elementos de um conjunto deve, porém, de uma forma muito apurada, cruzar-se com a identificação dos modos da convivência efectiva dessas peças no contexto específico da sua utilização conjunta. Assim, do ponto de vista da museologia etnológica, apenas deverão ser considerados elementos de um conjunto os objectos que foram identificados como sendo de utilização conjunta efectiva, quer estando ainda em uso no momento da sua recolha, quer quando estes momentos não coincidem mas aquela convivência funcional com vista à realização de um mesmo fim, remetida já para um tempo passado, pode ser atestada de modo fiel pelos informantes locais ou por outro tipo de informação (iconográfica, bibliográfica, etc.).

Como exemplo da precisão desejada na biografia dos objectos de uma colecção e, correspondentemente, no preenchimento deste campo do Programa *Matriz*, ilustramos esta questão com três objectos da colecção de alfaia agrícola do Museu Nacional de Etnologia aqui fotografados conjuntamente. Tratando-se das três peças tradicionalmente usadas em conjunto pelo carregador das uvas na região do vinho do Porto, e tendo sido todas recolhidas na Régua, apenas duas,

porém, podem ser entendidas e inventariadas como elementos de um conjunto. De facto, apenas a *Estribeira*, utilizada para apoiar o cesto e distribuir a sua carga entre a testa e as costas do carregador, e o *Sacho*, utilizado por aquele para manter o equilíbrio do cesto, foram recolhidos no mesmo local, no mesmo momento de 1969 (comprova-o os seus números de inventário, respectivamente MNE: AR.528 e MNE: AR.527), tendo sido atestada a sua utilização conjunta efectiva. O *Cesto* aqui ilustrado (N.º de inv.º MNE: BA.383), ainda que proveniente da Régua, foi já recolhido em 1977, sendo pouco provável que alguma vez algum homem o tivesse carregado às costas auxiliado por aquela Estribeira e aquele Sacho específicos, ainda que todos estes instrumentos fossem propriedade dos grandes vinhateiros durienses e que em cada vindima fossem manuseados pelos muitos assalariados temporários que aí acorriam em busca de sustento. Assim, o Cesto deverá ser referenciado apenas no campo Objecto relacionado das fichas de inventário do Sacho e da Estribeira, campo que poderá ser utilizado igualmente para referenciar peças que não constituem um conjunto do ponto de vista funcional, mas que provieram da mesma casa (por exemplo, um arado, uma grade e uma enxada que tiveram um mesmo proprietário) ou de um mesmo fabricante (por exemplo, dois jugos fabricados pelo mesmo jugueiro), etc.

Cesto, estribeira e sacho
Régua
MNEBA.383,AR.528 e AR.527
Foto JP.

FUNÇÃO INICIAL / ALTERAÇÕES

Neste campo deverá ser indicado de forma clara o uso dado à peça no seu contexto de origem. Podem surgir casos de alfaias cuja função tenha sofrido alterações, por exemplo, um trilho cujo uso inicial consistia em debulhar o cereal e que, no momento da sua recolha para a colecção do museu, era utilizado como elemento decorativo de uma casa por entretanto ter desaparecido o cultivo de cereal nessa região ou por ter sido substituído por processos mecanizados de debulha. Outro exemplo ainda é o dos bicos ou relhas dos arados, por essência instrumentos agrícolas, que, quando gastos e já fora de uso, são utilizados em Trás-os-Montes num jogo de arremesso, a "Relha". Nestes casos, dever-se-á registar, de forma sucinta, esta dupla funcionalidade no campo Função Inicial / Alterações, remetendo para o campo do Historial eventuais explicações acerca do processo de alteração da função do objecto.

Foicinha
Montalegre, Salto
MNE AY. 041
Foto JP.

Noutros casos, esta informação deverá ser registada apenas no campo do Historial da peça. É disto exemplo o "Gadanho" de Salto, Montalegre, a que nos referimos no capítulo referente à Outras denominações, que, tratando-se efectivamente de uma foice, tem aí esse nome pelo facto de a sua lâmina constituir o aproveitamento da lâmina de uma gadanha. Dos pontos de vista da função da peça e da intenção do seu autor/produtor, no momento do encabamento dessa lâmina num cabo de foicinha resulta apenas uma foice de lâmina excepcionalmente grande, "um exemplo expressivo do aproveitamento e conversão de velhas lâminas [...] que ainda tinha lugar nos anos 30 nesta região do Barroso"[13].

FOICINHAS
TIPOLOGIA SIMPLIFICADA

Foicinha de gume serrilhado

Foicinha de gume liso

[13] Benjamim Pereira, in *O Voo do arado*, 1996, p. 641. No Barroso, a foicinha de gume liso é sempre designada de "gadanho", mesmo quando não resulta do aproveitamento de lâminas velhas de gadanha,para se diferenciar da foicinha de gume serrilhado.

DESCRIÇÃO

A descrição de um objecto é sempre uma tarefa que implica uma enorme exigência na selecção de terminologias e de critérios a adoptar. Neste sentido, os procedimentos que se apresentam não esgotam a diversidade de descrições de alfaias agrícolas, mas procuram antes revelar a lógica descritiva que deverá estar subjacente a qualquer processo de descrição de inventário.

Em primeiro lugar deve ser definida uma fórmula específica para o tipo de peça a descrever, o que pressupõe necessariamente um esforço de observação rigoroso capaz de apreender os aspectos formais e decorativos do objecto em particular e da série em que se integra. Como princípio geral para a elaboração da fórmula descritiva dever-se-á sempre partir do geral para o particular, do todo para as partes, identificando primeiro os elementos constituintes da peça em análise, remetendo os aspectos decorativos para o final da descrição.

No caso concreto da colecção do Museu Nacional de Etnologia, para descrever os arados foi definida uma fórmula descritiva abrangente, e elaborada uma semântica específica para os quatro tipos[14] de arados, tendo em atenção as variantes que resultam de cruzamentos de diversos tipos, uma vez que uma grande parte dos arados remetem para essa esfera híbrida:

1.º –Identificação do tipo de arado;

2.º–Descrição dos elementos constituintes: dente, rabiça, bico, temão, aivecas e mexilho, teiró;

3.º – Inscrições na peça.

Consoante os diversos tipos de arados, a fórmula resulta nas seguintes variantes descritivas:

[14] A tipologia para os arados portugueses foi elaborada por Jorge Dias no seu trabalho publicado em 1948, *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, sendo mais tarde retomada na obra de síntese *Alfaia Agrícola Portuguesa* (1977), da responsabilidade de Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira.

- *Arado de tipo radial, composto de dente e rabiça de uma só peça, bico de ferro triangular com alvado, temão simples, duas aivecas com mexilho e teiró de ferro. Na rabiça encon - tra-se inscrita a data de 1954.*
- *Arado de tipo de garganta, formado de dente e rabiça de duas peças ligadas entre si, bico de ferro com alvado, temão composto de garganta e cabeça, duas aivecas com mexilho e teiró de ferro.*
- *Arado de tipo castelhano, composto de uma peça central, a camba, na qual se inserem o dente, a rabiça e a base do bico de ferro, temão composto de dois elementos, duas aivecas e teiró de ferro.*

No caso dos arados quadrangulares e híbridos, esta fórmula sofre uma ligeira adaptação. Quando se trata de arados com rodado, a descrição deste aparece no final.

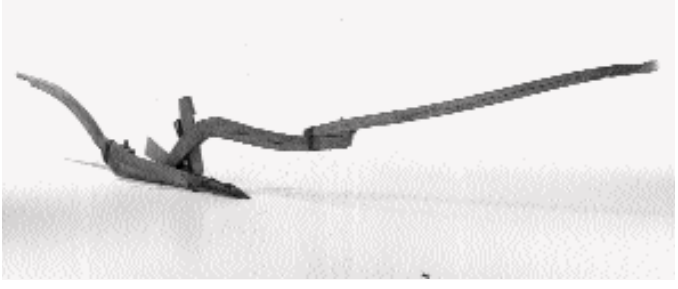
- *Arado de tipo quadrangular, composto de dente, cabrito, duas aivecas largas que se prolongam e constituem as rabi - ças, bico de ferro triangular pregado, temão simples e teiró de madeira*[15].
- *Arado híbrido do radial e do quadrangular, composto de dente prolongado pelo cabrito, duas rabiças, bico de ferro tri - angular com alvado, aiveca amovível, teiró de madeira, temão provido de sega amovível, rodado de eixo móvel com rodas de miúlo e camba, e croca com temão.*

Seguem-se alguns exemplos ilustrativos de descrições de alfaias de diferentes tipos.

[15] Este arado, desprovido de sega,obrigava à participação conjunta do seitouro, que lhe talhava a leiva.

Arado
Miranda do Douro, Constantim
MNEAR.330
Foto JP.

Ex.: *Arado, de tipo radial, composto de dente e rabiça de uma só peça, bico de ferro triangular com alvado, temão simples, duas aivecas com mexilho e teiró de ferro.*
Nomenclatura regional: rabela (rabiça), orelheiras (aivecas),pespinheiro (mexilho) e relha (bico).



Arado
Beja,Monte do Almocreve
MNEAR.358
Foto JP.

Ex.: *Arado, de tipo de garganta, formado de dente e rabiça de duas peças ligadas entre si, bico de ferro triangular com alvado, temão composto de garganta e cabeça, duas aivecas com mexilho e teiró de ferro.*

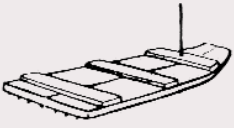
Foicinha
Montalegre, Salto, Tabuadela
MNEAR.593
Foto JP.

Ex.: *Foicinha, formada por uma lâmina encurvada de gume liso e por um cabo com guarda,decorado com motivos fitográficos do escudo real e com a inscrição da data 1881.*

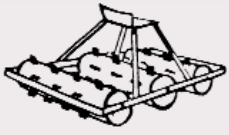
Forquilha
Pampilhosa da Serra
MNEAR.873
Foto JP.

Ex.: *Forquilha, feita de um ramo de árvore bifurcado, formando três hastes ou dentes que se dispõem no mesmo plano.*

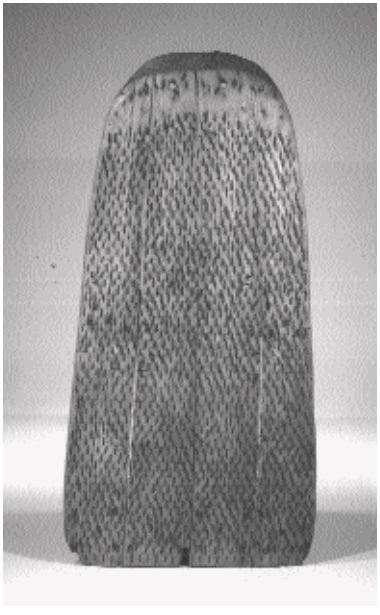
TRILHOS
TIPOLOGIA SIMPLIFICADA



Trilho de estrado



Trilho de rolos



Trilho
Ilha do Pico, S. Roque
MNEAS. 092
Foto JP.

Ex.: *Trilho, do tipo tribulum, formado por quatro tábuas espessas ligadas por três travessas, ligeiramente abaulado, com a frente levantada, e a parte inferior inteiramente cravejada de fragmentos de velhos potes de ferro de quinas vivas.*

AUTORIA

Ao contrário da impressão que pode suscitar uma visão centrada exclusivamente na cartografia das tecnologias agrícolas, elaborando tipologias e identificando recorrências ou diversidades territoriais, esses objectos têm autores cuja individualidade é de extrema importância descobrir e registar no seu inventário.

É nesse processo de descoberta e registo que se pode revelar, sobretudo à escala local, o grau de conhecimento em torno da produção e uso das alfaias, mostrando como nuns casos é generalizado a praticamente toda a comunidade que com eles trabalha e deles depende para o seu sustento, noutros é específico de um determinado segmento socioprofissional, e, como tal, confiado pela comunidade a profissionais especializados – carpinteiros, ferreiros, albardeiros, cesteiros, etc. –, noutros casos, ainda, produzidos por uma determinada classe etária.

Na informação da autoria de uma alfaia, é ainda importante conhecer outros contextos da sua produção, nomeadamente o do seu fabrico por comparação com vizinhos, com comunidades próximas ou mesmo na sequência de conhecimentos adquiridos no país para onde se emigrou. Entre estes conta-se também a cópia ou a adaptação a nível local de modelos de fabrico industrial, como sucedeu por exemplo com as charruas da Fábrica do Tramagal, que os próprios ferreiros locais começaram a produzir no início do século. Ainda no âmbito da articulação frequente entre materiais de fabrico industrial e de fabrico artesanal, referimos como exemplo o que sucede desde as últimas décadas no caso dos sachos e das enxadas, cujas lâminas são compradas em feiras, mercados e grémios da lavoura, e depois encabados pelos próprios agricultores, ou ainda, na região

da raia, no caso das lâminas das gadanhas, também encabadas em casa, mas adquiridas em Espanha.

Finalmente, lembramos que, no caso específico das colecções etnográficas, os autores das alfaias coincidem muitas vezes com os seus utilizadores, e daí que essas peças mostrem frequentemente a relação íntima entre as suas matérias e formas e as singularidades daqueles que com elas trabalham e as adaptam aos seus corpos e ritmos próprios (cf. Historial).

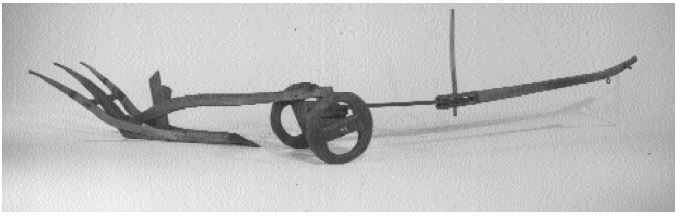
ACHADO/RECOLHA

É no campo Achado/Recolha que são registados o local, a data e o nome do colector do objecto. Na identificação do local, o Programa *Matriz* permite inserir, em campos autónomos, as informações quanto ao lugar, freguesia, concelho, distrito, região e país de proveniência original do objecto. Quando este é adquirido pelo museu a um antiquário ou coleccionador particular, deve procurar reunir-se essa informação com a maior exactidão possível e apenas ela pode ser registada nesse campo, uma vez que a morada desses intermediários deverá ser registada no campo Modo de incorporação.

CIRCUNSTÂNCIAS DO ACHADO/RECOLHA

Tal como no caso de outros campos do Programa *Matriz* a que já nos referimos anteriormente, nomeadamente o de Outras denominações, o campo Circunstâncias do Achado/Recolha assume particular importância no inventário das colecções etnográficas, sobretudo quando estas são constituídas no âmbito de um projecto de pesquisa conduzido no terreno com questões e problemas particulares que o museu pretende abordar.

Trata-se de um campo no qual se devem registar as informações que, por um lado, permitem situar de um modo muito exacto o estatuto e o significado dos objectos para o indivíduo ou o grupo que os produziu no momento da sua recolha, isto é, se foram recolhidos em contexto de uso pleno, ou, pelo contrário, já relegados para funções que não aquelas para que foram concebidos, ou pura e simplesmente esquecidos, abandonados, como o ilustram respectivamente um arado de Lodeiro de Arque e duas foicinhas do Barroso da colecção do Museu Nacional de Etnologia, cujos contextos de recolha Benjamim Pereira registou no catálogo da exposição *O Voo do Arado*:



Arado
Montalegre, Salto, Lodeiro de Arque
MNEAR.292
Foto JP.

Ex.: N.º de inv.º AR.292:
"Postos de parte nos anos 50, este era já um dos raros exemplares [do arado de pau, híbrido do radial e do quadrangular] que encontrámos quando, nos anos 60, procedemos à sua recolha sistemática. O Senhor Martins guardava-o com todo o apreço e foi necessário desenvolver uma argumentação muito convincente para ele o ceder ao Museu. Lamentava que os seus filhos o tivessem deixado de lado, substituindo-o pelo arado de aiveca móvel de ferro. Evocava tempos diferentes, presentes na sua recordação como mais felizes, em que as lavouras feitas com esse velho arado tinham um cunho mais alegre e a que o canto da carrela dava um tom quase festivo."
(*O Voo do Arado*, p. 602)

Ex.: N.º de inv.º AR.593:
"excepcional cabo [desta foicinha] com mais de cem anos e que nós surpreendemos ao ombro de um barrosão depois de haver ceifado com ele um molho de feno"
(*O Voo do Arado*, p. 640)

Ex.: N.º de inv.º AY.041:
"A despeito da excelência do cabo, descobrimo-la abandonada, num anexo da casa rural de onde trouxemos o arado n.º 14, enfiada numa fresta da parede"
(*O Voo do Arado*, p. 641)

Salientamos a importância da procura e do registo sistemático deste tipo de informação no caso dos objectos recolhidos num mesmo contexto territorial, pelas relações que, por meio deles, se podem estabelecer entre os seus detentores no seio de uma comunidade, ou ainda entre as diversas comunidades de uma mesma região. No plano da sincronia, essas informações podem permitir ilustrar,para a mesma casa, por exemplo, a coexistência de operações braçais com operações mecanizadas[16], ou o desaparecimento da entreajuda entre vizinhos nas mondas mas a sua manutenção nas vindimas ou na apanha da azeitona, ou, ainda, a utilização de tecnologias tradicionais numa determinada aldeia quando nas povoações contíguas elas foram entretanto substituídas por processos mecanizados.

O registo escrito das Circunstâncias do Achado/ /Recolha deve, sempre que possível, ser acompanhado de um registo visual, fotográfico ou video (cf. Registo de

[16] Segundo Fernando Oliveira Baptista, no caso dos cereais verifica-se geralmente que o processo de inovação se efectua inicialmente na operação de debulha, seguidamente na das lavras e,finalmente,nos trabalhos de ceifa.

Imagem), de modo a melhor restituir o contexto de proveniência e o *locus* do objecto, quer na base de dados que constitui o inventário manual ou informatizado, quer nas exposições e nas edições onde o objecto é dado a conhecer ao público, assumindo esta documentação de terreno um papel de particular importância na elaboração da biografia dos objectos de uma colecção etnográfica e no conhecimento mais profundo da sociedade que os produziu e usou.

HISTORIAL

É no campo Historial que se devem registar todas as informações que configuram e ajudam a restituir os elementos biográficos da peça no seu contexto de origem, isto é aquele directamente relacionado à comunidade, à casa ou às pessoas que a produziram e utilizaram. Pelo contrário, as informações referentes ao trajecto da peça já no interior do museu deverão ser remetidas para campos próprios do Programa *Matriz* (Estado de conservação, Exposições[17], Observações, etc.).

No caso do Museu Nacional de Etnologia, é neste campo que registamos também o local de uso da peça, informação relevante sobretudo nos casos em que não coincide com o local de fabrico, inserido no campo Local de execução, ou o local de recolha, registado no campo Achado/Recolha.

Também aqui se poderão registar dados desenvolvidos sobre os anteriores proprietários[18] das alfaias, nomeadamente nos casos em que podem evidenciar os traços da individualidade e singularidade destes ou ajudar a reconstituir as relações sociais e os contextos do fabrico ou uso desses objectos.

[17] Neste campo do Programa *Matriz* registam-se o nome, a data e o local de realização das exposições em que o objecto é apresentado ao público.

[18] A identificação destes é registada no campo Modo de incorporação.

Ex.: N.º de inv.º AY.014:
Foicinho usado sobretudo no corte de ervas e giesta.
Este foicinho, fabricado por um ferreiro local, foi feito propositadamente para uma pessoa esquerda.

Ex.: N.º de inv.º AY.172:
Esta foicinha pertenceu ao morgado de Bucos, que tinha brio em apresentar alfaias de grande qualidade funcional e estética.

Ex.: N.º de inv.º AY.003:
Com este alferce, o seu proprietário, Justino Maria, laborava mais de um hectare no ciclo anual dos trabalhos de produção de trigo.

É também no campo Historial que devem ser registadas particularidades das peças que testemunham adaptações ou recuperações de materiais diversos, como no caso do trilho de S. Roque, Ilha do Pico, atrás citado, em cuja face inferior foram cravejados,para desgranar o cereal,fragmentos de velhos potes de ferro.

INFORMAÇÃO TÉCNICA

MATÉRIA / TÉCNICA

No universo de alfaias com que aqui lidamos, é de fundamental importância para o seu inventário poder identificar com precisão a matéria ou as matérias de que são constituídas, em geral a madeira, as fibras vegetais e o ferro. No caso deste último, a técnica de fabrico remete-nos imediatamente para a amplitude da rede de relações sociais na qual se insere a comunidade. Assim, os ferros forjados correspondem

geralmente a produções de ferreiros locais, de maior ou menor incidência territorial, enquanto os ferros fundidos, de produção industrial e presentes quase exclusivamente nas charruas e charruecos, revelam a integração da comunidade numa rede comercial mais alargada e a clara monetarização da economia local. No Programa *Matriz*, devem registar-se no campo Técnica as informações referentes à técnica ou ao conjunto de procedimentos utilizados na produção de um objecto, normalmente separando-se por ponto e vírgula (;) as técnicas de estrutura das técnicas de decoração, e remetendo-se para o campo Precisões sobre a técnica as especificações sobre a(s) técnica(s) registada(s) no campo anterior.

A identificação da Matéria é, contudo, de particular interesse no caso das madeiras. Na mesma alfaia, estas variam segundo a função de cada elemento de que é constituída, escolhendo-se as madeiras mais resistentes para os componentes sujeitos a um maior esforço ou fricção com outros elementos, como o eixo de um carro de bois ou o dente de um arado. Na colecção do MNE temos, por exemplo, um arado recolhido em Outeiro, Viana do Castelo (N.º de inv.º AQ. 971) constituído por dente em madeira de sobreiro, teiró em carvalho e aivecas em pinho. Ao invés,para o fabrico dos jugos de tábua, ricamente decorados e com muitos vasados, são por vezes escolhidas madeiras macias de modo a que o trabalho de entalhe seja facilitado. Outro exemplo da diversidade de madeiras utilizadas é o carro de bois. No caso dos carros de leito em ogiva de chedas ligadas ao cabeçalho, correspondentes aos distritos de Viana do Castelo, Braga,Viseu e Guarda, o chedeiro é em regra de carvalho, os miulos e as cambas são de carvalho, sobro ou azinho, podendo o eixo ser de várias madeiras, desde o azinho ou freixo (Beira Baixa), à macieira brava (Braga) ou à nogueira, que na Pampilhosa da Serra era preferida porque "cantava" melhor. Lembramos ainda as medidas de água de rega, feitas em geral de cana ou frágeis ramos de árvore,

que revelam o carácter efémero da sua utilização, coincidente apenas com o período estival e a necessidade de uma gestão racionalizada desse recurso.

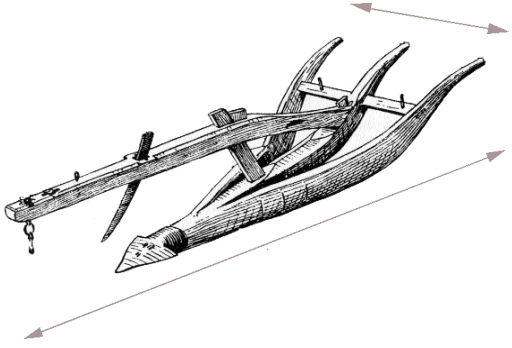
A identificação dos vários tipos de madeira de que são feitas as alfaias constitui ainda uma importante via para o conhecimento ou a reconstituição do contexto ecológico de uma comunidade, nomeadamente dos seus cobertos arbóreos, bem como um instrumento de particular interesse no diálogo com aqueles que as fazem e delas se utilizam para ajudar a revelar as razões da escolha de madeiras com comportamentos, sonoridades, texturas e brilhos particulares. Como exemplo referimos esta enxada (N.º de inv.º AR.417), recolhida em Tecla, Celorico de Basto, da colecção do Museu Nacional de Etnologia: "A utilização das águas de rega dava lugar, frequentemente, a disputa e mesmo a agressões. O proprietário desta enxada, António Gonçalves, era um exímio jogador de pau e, por isso, fez o cabo com a mesma madeira usada nas varas daquele jogo, o lódão. Com ela, podia afrontar, em segurança, eventuais situações de conflito"[19].

DIMENSÕES

Dada a grande diversidade e mesmo complexidade morfológica das alfaias agrícolas, por exemplo dos arados ou dos trilhos, a mensuração pertinente para cada uma delas deve ser pensada segundo o critério da funcionalidade, isto é, para cada conjunto de peças formalmente iguais (ex: arados, enxadas, foicinhas, etc.) deve estabelecer-se uma lógica de medição única, expressa em centímetros, atendendo-se sempre às medidas máximas e à seguinte sequência de apresentação das mesmas (normalizada no Programa *Matriz*): altura, profundidade, diâmetro, largura, espessura e comprimento.

[19] Benjamim Pereira, *O Voo do Arado*, p. 622.

Não tendo contemplado o valor peso em relação às alfaias agrícolas, parece-nos no entanto importante realçar como também por ele se pode expressar tanto o esforço de trabalho exigido na sua correcta utilização, como a sua própria funcionalidade. Neste sentido, ainda que não seja registado o valor peso, este poderá ser considerado na análise global feita ao objecto. Tratando-se de instrumentos conduzidos pelo homem, associados ou não à energia animal, para alguns, o seu peso incorporado é um elemento importante na função que desempenham pela eficácia e facilitação do trabalho, como ocorre com alguns enxadões; para outros, é indispensável acrescentar-lhe peso para que esta mesma eficácia seja atingida, do que é um bom exemplo o trilho sobre o qual se equilibra o lavrador para que com o seu peso exerça pressão sobre a alfaia facilitando a operação, ao mesmo tempo que conduz os animais que a puxam.



Arado
Póvoa de Varzim,Criaz
Des. FG

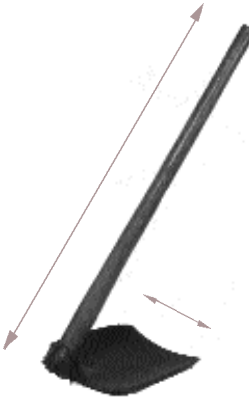
Ex.: *Arado*

Largura (cm): largura máxima do arado, isto é, medida tirada a partir da extremidade de uma aiveca à extremidade da outra.

Comprimento (cm): comprimento máximo do arado, isto é, medida tirada a partir da extremidade da rabiça à extremidade do temão.

NOTA

No caso do arado, a altura não é registada neste campo, por ser uma medida variável, isto é, consoante a profundidade à qual se deseja que o arado trabalhe assim é regulada a teiró, interferindo de forma sensível com o ângulo formado entre o temão e o dente e alterando a altura máxima da alfaia.

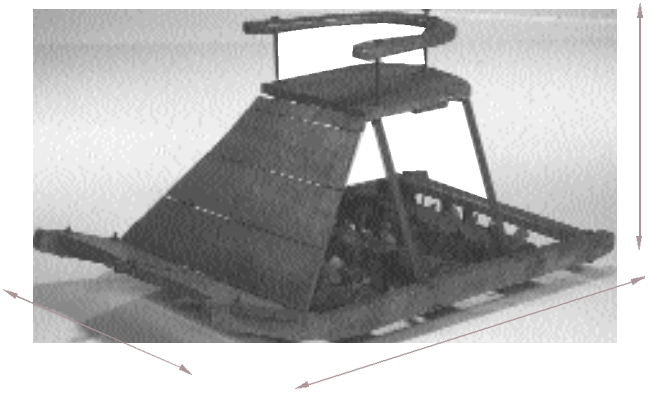


Enxada
Estremoz
MNE AY. 013
Foto JP.

Ex.: *Enxada*

Largura (cm): largura máxima da lâmina.

Comprimento (cm): comprimento máximo da enxada, isto é, medida tirada a partir da base da lâmina à extremidade do cabo.



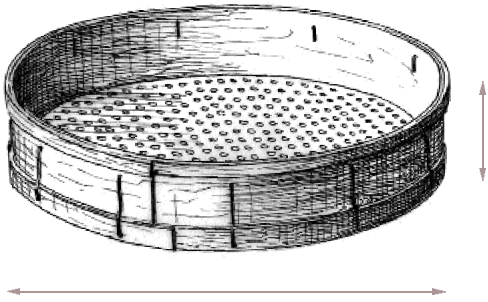
Trilho
Grândola,Melides
MNE AR.798
Foto JP.

Ex.: *Trilho*

Altura (cm): altura máxima do trilho, isto é medida tirada a partir da base dos cilindros até ao apoio de braços da cadeira.

Largura (cm): largura máxima do trilho, isto é, medida tirada a partir da extremidade de uma longarina à extremidade da outra.

Comprimento (cm): comprimento máximo da longarina.

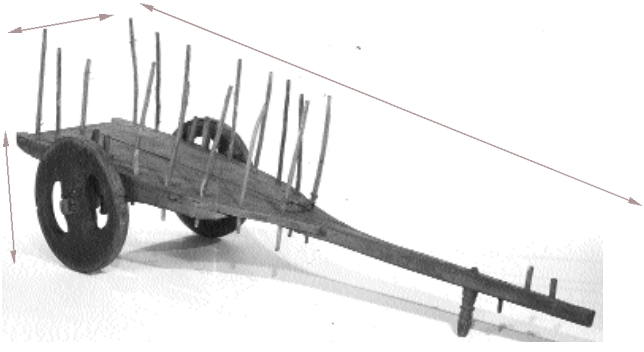


Joeira
Alentejo
MNE AX.744
Des. FG.

Ex.: *Joeira*

Altura (cm): altura máxima da joeira, isto é, medida tirada desde a base ao bordo superior do aro.

Diâmetro (cm): diâmetro do fundo da joeira.



Carro de Bois
Vila Verde, Gondomar
MNE AY. 386
Foto JP.

Ex.: *Carro de bois*

Altura (cm): medida tirada a partir do chão ao leito do carro, com este em posição horizontal.

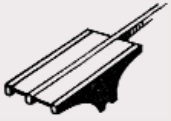
Diâmetro (cm): diâmetro da roda.

Largura (cm): largura máxima do carro, isto é, medida tirada entre as extremidades do eixo.

Comprimento (cm): comprimento máximo do carro, isto é, medida tirada desde a extremidade do cabeçalho à extremidade da cheda.

CARROS
TIPOLOGIA SIMPLIFICADA

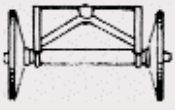
Quanto à forma do leito



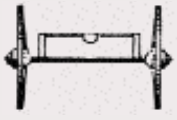
Carro de leito rectangular

Carro de leito em ogiva

Quanto ao tipo de rodado



de eixo móvel



de eixo fixo

Quanto ao tipo de rodas

de miúlo e cambas

de raios

OUTRAS DIMENSÕES

Para além das dimensões máximas das alfaias dever-se-ão registar as medidas dos elementos constitutivos. No caso dos utilizadores do *Matriz*, esta informação poderá ser registada logo após a descrição formal da peça, uma vez que o campo Dimensões se destina apenas às dimensões máximas.

Ex.: *Arado*
- Dente comprimento (cm)
- Rabiça comprimento (cm)
- Temão comprimento (cm)
- Aivecas comprimento (cm)

Ex.: *Enxada*
- Lâmina largura (cm)
- Lâmina comprimento (cm)
- Cabo comprimento (cm)

Ex.: *Mangual*
- Mangoeira comprimento (cm)
- Pírtigo comprimento (cm)
- Pírtigo diâmetro (cm)
- Corda comprimento (cm)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Neste campo do Programa *Matriz*, efectua-se a avaliação do estado de conservação da peça, de acordo com os seguintes critérios, normalizados pelo Instituto Português de Museus:

Muito Bom

Peça em perfeito estado de conservação.

Bom

Peça sem problemas de conservação (materiais estabilizados), mas que pode apresentar alguma(s) lacuna(s) e/ou falha(s).

Regular

Peça que apresenta lacuna(s) e/ou falha(s) e que necessita de intervenções de conservação e/ou restauro.

Deficiente

Peça em que é urgente intervir.

Mau

Peça muito mutilada que apresenta graves problemas de conservação[20].

A alfaia agrícola destaca-se, porém, de outros géneros de objectos, pelas marcas de um uso geralmente prolongado, e às vezes violento, que lhes imprime características muito particulares, tais como o ressequimento e fissura das madeiras e o rápido desgaste dos metais e que não poderão ser confundidos, na sua apreciação com vista ao inventário segundo critérios estritamente museológicos, como índices de um estado de conservação deficiente.

Assim, dever-se-ão distinguir tais características, comuns a transportes e a alfaias em estado de uso, daquelas que estas tecnologias adquirem após um período prolongado de inactividade, quer no âmbito do próprio ciclo agrícola, quando se encontram guardados nos alpendres e nas lojas das casas, quer quando desaparece a sua funcionalidade no quadro da actividade agrícola e se instala a oxidação dos metais, desaparece o brilho das madeiras e das vergas dos cestos, etc.

MANGUAIS
TIPOLOGIA SIMPLIFICADA

Mangual com pírtigo e mangoeira próximos, ligados por correia

Mangual com pírtigo e mangoeira distantes, ligados por corda

[20] In *Normas de Inventário – Normas Gerais (Artes Plásticas e Artes Decorativas)*, Lisboa,Instituto Português de Museus,1999, p. 55.

REGISTO DE IMAGEM

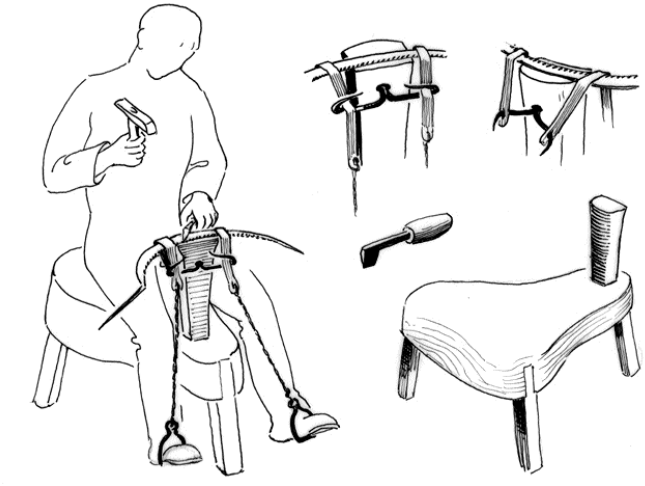
É no campo Registo de Imagem que o utilizador do Programa *Matriz* deve incluir todos os elementos iconográficos disponíveis sobre o objecto em processo de inventariação, não apenas fotografia[21] mas também, na versão que o Instituto Português de Museus disponibiliza a partir de 2000, imagens video. No caso destas últimas, é possível associar a este campo do Programa *Matriz* imagens em formato digital, nos standards internacionais AVII ou MPEG, este último adoptado para o inventário das colecções de património móvel pelo Instituto Português de Museus.

No plano da documentação visual de uma colecção etnográfica identificam-se vários tipos de imagens que lhe devem estar associados, e a que correspondem outros tantos fundos documentais que o próprio museu deve constituir no processo da recolha, estudo e tratamento dos objectos. Para além do video, destacamos na associação às bases de dados de inventário informatizadas a fotografia de campo, a fotografia de estúdio ou de arquivo, que geralmente é chamada a ilustrar a peça nas edições do museu (catálogos de exposições, etc.), a fotografia de restauro, que constitui um importante contributo iconográfico para o historial do objecto, e, finalmente, o desenho etnográfico, instrumento didáctico de particular importância não apenas para o estudo das colecções etnográficas mas também para a acção com o público escolar do museu em torno destas.

[21] Acerca dos vários tipos de fotografia passíveis de serem registados neste campo, bem como da sua normalização, formatos e modos da sua associação, cf. *Normas de Inventário – Normas Gerais (Artes Plásticas e Artes Decorativas)*, Lisboa,Instituto Português de Museus,1999,pp. 61-64.

Picando uma foicinha,com o banco, o cinzel e o martelo da colecção do MNE
Tavira,Cachopo
1977
Foto BP.

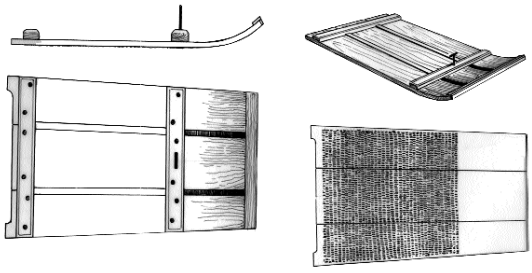
Banco de picar foicinhas,cinzel e martelo
Tavira,Cachopo
MNE AY. 239, AY. 240 e AY. 241
Foto JP.



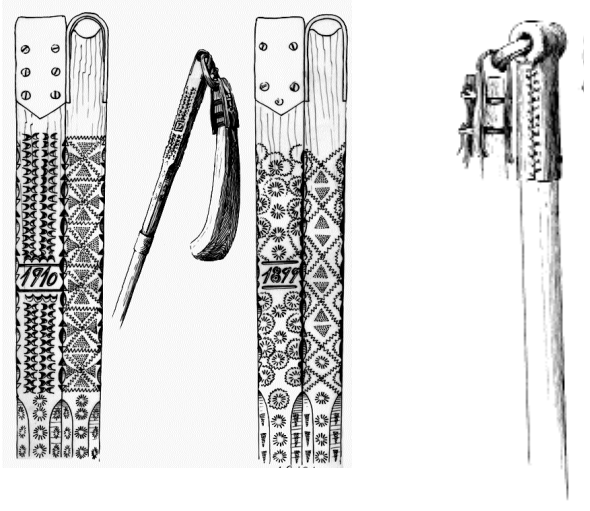
Operação de picagem de foicinhas
Tavira,Cachopo
MNE AY. 239, AY. 240 e AY. 241
Des. FG.

Outros tipos de imagens – mapas, cartas topográficas, plantas de localização das peças nas exposições, documentação visual especialmente produzida pelos serviços educativos, etc. – poderão ainda ser incorporados na ficha de inventário do Programa *Matriz*, devendo ser registados no campo Documentação Associada[22], complementar do campo Bibliografia.

[22] Neste campo poderão ainda ser registados outros elementos não iconográficos referentes à peça (maquetes,jogos concebidos pelos serviços educativos,etc.).



Trilho
Miranda do Douro, Constantim
MNE AR.328
Des. FG.



Mangual
Póvoa de Varzim,Rio Mau
MNE AQ. 191
Des. FG.

Mangual
Grândola,Melides
MNE AQ. 658
Des. FG.

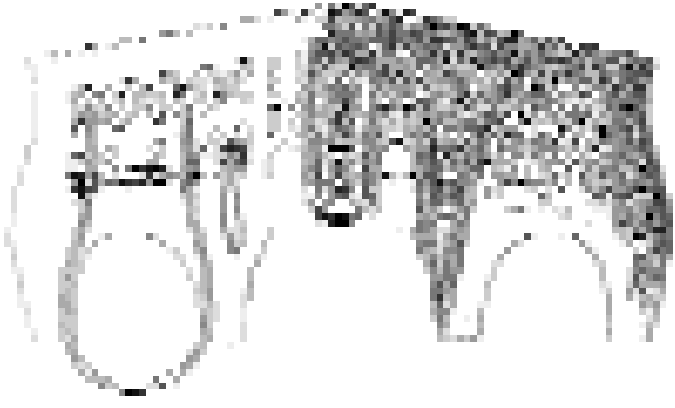
JUGOS
TIPOLOGIA SIMPLIFICADA

Jugo de tábua

Sistemas de tracção
Sistema jugular
Sistema jugular e cornal

Jugo de trave

Sistemas de tracção
Sistema jugular
Sistema cornal
Sistema jugular e cornal



Jugo
Ponte da Barca
Des. FG.

REGISTO DE SOM

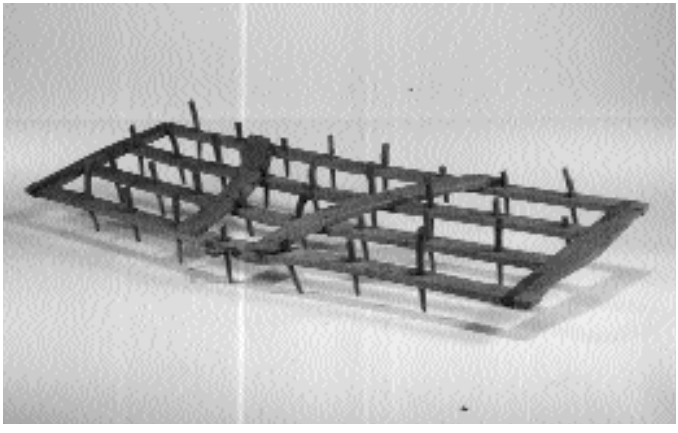
Tal como sucede com as imagens em movimento, o utilizador da versão do Programa *Matriz* disponibilizada pelo Instituto Português de Museus a partir de 2000, pode também associar à ficha de inventário de um objecto um ou mais excertos sonoros em formato digital (nos standards internacionais WAVE ou MP3, este último adoptado para os museus do IPM), independentes ou integrantes dos próprios registos de video digital (cf. Registo de Imagem). Em ambos os casos, e tal como nos próprios excertos videográficos, as especificações técnicas dos registos são inventariadas no campo Registo de Imagem/Som, remetendo-se eventuais descrições ou sinopses para o campo Observações.

A integração de registos sonoros em bases de dados de inventário informatizadas apresenta-se de particular importância no caso das colecções etnográficas, constituindo-se o envolvimento sonoro como um campo de permanente pesquisa e acção lúdica que o museu poderá e deverá desenvolver. Por isso dirigimo-nos a todos aqueles que aqui são nossos interlocutores para que, nos museus locais e regionais onde trabalham, definam o programa de levantamento das paisagens sonoras em que se integram as alfaias que estudam, informam e recolhem, lembrando apenas um género de registos sonoros de especial relevância para esse fim. Trata-se dos depoimentos dos informantes em torno dos objectos do seu quotidiano, revelando, na voz e na palavra de quem os fez, usou e nomeia, as técnicas, as memórias e os afectos suscitados por essas coisas, já distantes ou ainda presentes, e, assim, associando à biografia das peças as próprias histórias de vida dos homens e mulheres com os quais se cruzaram.

OBSERVAÇÕES

No caso das colecções etnográficas, o campo Observações deve ser destinado ao registo de informações de carácter reservado que se prendem com a vida privada ou os aspectos idiossincrásicos das várias pessoas que podem ter lidado com o objecto, e que, sendo consideradas relevantes para a biografia deste, não deverão ser tornadas acessíveis à generalidade do público por questões deontológicas.

É também aqui o lugar de registo de informações de carácter geral sobre o contexto tipológico, ou outro, em que se insere a peça, não se dispondo contudo de informação de terreno para a peça em particular a que se refere a ficha de inventário, tal como no seguinte exemplo desta grade de quatro banzos e duas travessas no terço central da colecção do Museu Nacional de Etnologia:



Grade
Torres Novas, Parceiros de S. João
MNE AR.382
Foto JP.

Ex.: Na região de Tomar e Torres Novas aparece esta forma especial de grade, explicada pela gente da região como sendo a mais própria para se safar das árvores que ali abundam no meio dos campos.

Do ponto de vista museológico, é também aqui o lugar de informações que se prendem com o trajecto da peça já no interior do museu e que, sendo relevantes para a história de ambos, devem no entanto ser de carácter reservado, como por exemplo informações inexactas (designação, autor, local e data de recolha, etc.) constantes do inventário anterior, classificações tipológicas entretanto abandonadas ou corrigidas, etc.

ANEXOS

Instituição/Proprietário:
Museu Nacional de Etnologia
Super-Categoria:
Etnologia
Categoria/Subcategoria:
Alfaia agrícola;Instrumentos de mobilização da terra
Denominação:
Arado
Outras denominações:

Nº(s) de Inventário: *AQ.971*

Nº(s) de Inventário anteriores:

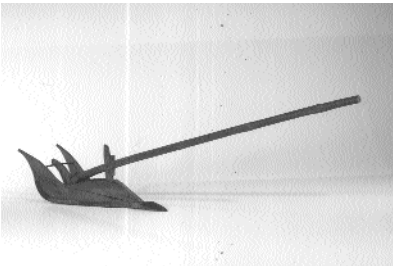


Imagem principal da peça

Registo da Imagem Principal
Tipo: *Transparência a cores*
Nº Inv. Fotográfico: *DDF:16024/11/42/TC*
Localização: *MNE*
Autor: *José Pessoa*

Elemento de um conjunto: *Não*

Localização	Denominação	Nº de Inventário

Incorporação

Data de Incorporação: *00/09/1972* Ano(s): –
Modo de Incorporação: *Compra*
Descrição:
Custo/Avaliação: *500$00*

Achado/Recolha

Lugar: *Outeiro*
Freguesia:
Concelho:
Distrito: *Viana do Castelo*

Região:
País: *Portugal*
Coordenadas:
Data de Achado/Recolha: *00/00/1966* Anos: –
Achador/Colector: *Ernesto Veiga de Oliveira; Benjamim Pereira*
Circunstâncias do Achado/Recolha:

Localização

Localização	Especificações	Data
Reserva		*06/02/1998*

Registo de Imagens:

Tipo	Nº de Inv. Fot.	Local	Autor
Transp. a cores	*DDF: 16024/11/42/TC*	*MNE*	*José Pessoa*
Desenho	*MNE:F1.123*	*MNE*	*Fernando Galhano*

Autoria

Nome	Tipo
Desconhecido	*Autor*

Local de Execução: *Desconhecido*

Datação da Peça

Época:
Séculos: *XX* Anos: –
Justificação da data:

Função Inicial/Alterações: *Usado para lavrar a terra*

Matéria: *Madeira, ferro*

Dimensões:

Altura (cm):
Largura (cm): *66*
Profundidade (cm):
Espessura (cm):
Diâmetro (cm):
Comprimento (cm): *416*
Dimensões com Moldura/Outros:
Peso:
Capacidade:

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito Bom		*06/02/1998*

Intervenções de Conservação e Restauro

Executada por	Identificação do processo	Data
Museu	*Limpeza e protecção*	*00/00/1996*

Descrição:

Arado de tipo quadrangular, composto de dente, cabrito, duas aivecas largas que se constituem em rabiças, bico de ferro triangular pregado, temão simples e teiró de madeira. É na teiró que se regula a profundidade a que o arado deve actuar.

dente comprimento(cm):130
cabrito comprimento(cm): 57
rabiças comprimento(cm):55
temão comprimento(cm): 360
aivecas comprimento(cm): 113

Dente de sobreiro, teiró de carvalho e aivecas de pinho.

Historial

Este arado desprovido de sega obrigava à participação conjunta do seitouro que lhe talhava a leiva.

Bibliografia:

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996. p. 601; Fot. 10.

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado - As peças.* Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996.

DIAS, Jorge, Galhano, Fernando (*), *Atlas etnológico de Portugal Continental*. Lisboa: IAC/CEEP, s/d.

DIAS, Jorge (*), *Os Arados Portugueses e as suas prováveis origens.* Lisboa: IN-CM, 1948.

O PÃO E O BRAGAL. Paredes de Coura: CMPC, 1985.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim, *Alfaia Agricola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (1977). p.176; Des.31.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (*), "Exposição de Alfaia Agrícola Portuguesa''. *Revista de Etnografia*, vol. XIII, tomo 2 (n. 26). Porto: Junta Distrital do Porto, 1969.

Exposições

Título	Local	Data
Alfaia Agrícola Portuguesa Tradicional	*ISCSPU, Lisboa*	*1968*
O Pão e o Bragal	*Paredes de Coura*	*1985*
O Voo do Arado	*MNE,Lisboa*	*1996*

Preenchido por: *Ana M. Campos*

Data: *06/02/1998*

Instituição/Proprietário:
Museu Nacional de Etnologia
Super-Categoria:
Etnologia
Categoria/Subcategoria:
Alfaia agrícola;Instrumentos de mobilização da terra
Denominação:
Arado
Outras denominações:

Nº(s) de Inventário: *AR.292*

Nº(s) de Inventário anteriores:

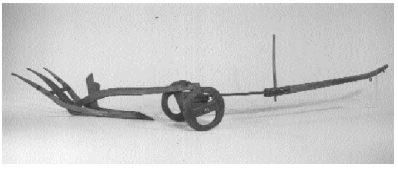


Imagem principal da peça

Registo da Imagem Principal
Tipo: *Transparência a cores*
Nº Inv. Fotográfico: *DDF:16099/11/42/TC*
Localização: *MNE*
Autor: *José Pessoa*

Elemento de um conjunto: *Não*

Localização	Denominação	Nº de Inventário

Incorporação

Data de Incorporação: *00/10/1972* Ano(s): –
Modo de Incorporação: *Compra*
Descrição: *Anterior proprietário: Martins*
Custo/Avaliação: *2000$00*

Achado/Recolha

Lugar: *Lodeiro de Arque-Salto*
Freguesia:
Concelho: *Montalegre*
Distrito: *Vila Real*

Região:
País: *Portugal*
Coordenadas:
Data de Achado/Recolha: *00/00/1968* Anos: –
Achador/Colector: *Ernesto Veiga de Oliveira; Benjamim Pereira*
Circunstâncias do Achado/Recolha:

Localização

Localização	Especificações	Data
Reserva		*17/02/1998*

Registo de Imagens:

Tipo	Nº de Inv. Fot.	Local	Autor
Transp. a cores	*DDF: 16099/11/42/TC*	*MNE*	*José Pessoa*
Desenho	*MNE:F1.122*	*MNE*	*Fernando Galhano*

Autoria

Nome	Tipo
Desconhecido	*Autor*

Local de Execução: *Lodeiro de Arque*

Datação da Peça

Época:
Séculos: *XX* Anos: –
Justificação da data:

Função Inicial/Alterações: *Usado para lavrar a terra*

Matéria: *Madeira, ferro*

Dimensões:

Altura (cm):
Largura (cm): *80*
Profundidade (cm):
Espessura (cm):
Diâmetro (cm):
Comprimento (cm): *775*
Dimensões com Moldura/Outros:
Peso:
Capacidade:

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito Bom		*17/02/1998*

Intervenções de Conservação e Restauro

Executada por	Identificação do processo	Data
Museu	*Limpeza e protecção*	*00/11/1996*

Descrição:

Arado híbrido do radial e do quadrangular, composto de dente e rabiça central de uma só peça, bico de ferro triangular pregado, duas aivecas que se prolongam formando duas rabiças laterais, teiró de madeira, temão curto, rodado de eixo móvel com rodas de miúlo e camba,e croca com temão.
É na teiró que se regula a profundidade a que o arado deve actuar.

dente comprimento(cm):150
rabiça comprimento(cm):107
temão comprimento(cm): 229
aivecas comprimento(cm): 170
eixo do rodado comprimento(cm): 85
temão comprimento(cm): 180

Historial

''Postos de parte nos anos 50, este era já um dos raros exemplares que encontrámos quando, nos anos 60,procedemos à sua recolha sistemática.O Sr. Martins guardava-o com todo o apreço e foi necessário desenvolver uma argumentação muito convin - cente para ele o ceder ao Museu.Lamentava que os seus filhos o tivessem deixado de lado, substituindo-o pelo arado de aiveca móvel de ferro. Evocava tempos diferentes, presentes na sua recordação como mais felizes, em que as lavouras feitas com esse velho arado tinham um cunho mais alegre e que o canto da carrela dava um tom quase festivo.'' (Pereira, Benjamim. O Voo do Arado, 602: 14)

Bibliografia:

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996. p. 602; Fot. 14.

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado - As peças*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996.

Desenho Etnográfico de Fernando Galhano I - Portugal. Lisboa: CEE/ME, 1985. Des. 242.

DIAS, Jorge, Galhano, Fernando (*), *Atlas etnológico de Portugal Continental*. Lisboa: IAC/CEEP, s/d.

DIAS, Jorge (*), *Os Arados Portugueses e as suas prováveis origens*. Lisboa: IN-CM, 1948.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim, *Alfaia Agricola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (1977). p.179; Des.35.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (*), ''Exposição de Alfaia Agrícola Portuguesa''. *Revista de Etnografia*, vol. XIII, tomo 2 (n.26). Porto: Junta Distrital do Porto, 1969.

TRÁS-OS-MONTES:A MÃO DO HOMEM. Vila Real: IUTAD/LNICT, 1982.

Exposições

Título	Local	Data
Alfaia Agrícola Portuguesa Tradicional	*ISCSPU, Lisboa*	*1968*
Trás-os Montes: A Mão do Homem	*Vila Real*	*1982*

Observações

Número da colecção: 1517

Este arado foi seleccionado para a exposição O Voo do arado, no entanto, devido a limitações de espaço ele acabou por não fazer parte da mesma. A isto se deve a sua existência nos catálogos da exposição.

Preenchido por:	Data:
Ana M. Campos	*17/02/1998*

Instituição/Proprietário:
Museu Nacional de Etnologia
Super-Categoria:
Etnologia
Categoria/Subcategoria:
Alfaia agrícola; Instrumentos de mobilização da terra
Denominação:
Grade
Outras denominações:

Nº(s) de Inventário: *AR.356*

Nº(s) de Inventário anteriores:

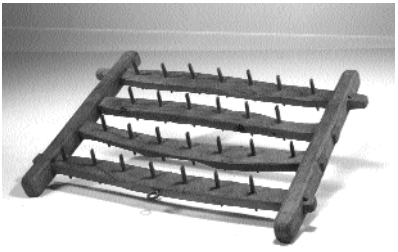


Imagem principal da peça

Registo da Imagem Principal
Tipo: *Transparência a cores*
Nº Inv. Fotográfico: *DDF:16092/11/42/TC*
Localização: *MNE*
Autor: *José Pessoa*

Elemento de um conjunto: *Não*

Localização	Denominação	Nº de Inventário

Incorporação

Data de Incorporação: *00/10/1972* Ano(s): –
Modo de Incorporação: *Compra*
Descrição:
Custo/Avaliação: *450$00*

Achado/Recolha

Lugar: *Aljezur*
Freguesia:
Concelho: *Aljezur*
Distrito: *Faro*

Região:
País: *Portugal*
Coordenadas:
Data de Achado/Recolha: *00/00/1968* Anos: –
Achador/Colector: *Ernesto Veiga de Oliveira;Benjamim Pereira*
Circunstâncias do Achado/Recolha:

Localização

Localização	Especificações	Data
Reserva		*03/03/1998*

Registo de Imagens:

Tipo	Nº de Inv. Fot.	Local	Autor
Transp. a cores	*DDF: 16092/11/42/TC*	*MNE*	*José Pessoa*
Desenho	*MNE:F1.113*	*MNE*	*Fernando Galhano*
Desenho	*CEE:4.6.302*	*MNE*	*Fernando Galhano*

Autoria

Nome	Tipo
Desconhecido	*Autor*

Local de Execução: *Aljezur*

Datação da Peça

Época:
Séculos: *XX* Anos: –
Justificação da data:

Função Inicial/Alterações: *Usada para gradar a terra*

Matéria: *Madeira, ferro*

Dimensões:

Altura (cm):
Largura (cm): *118*
Profundidade (cm):
Espessura (cm):
Diâmetro (cm):
Comprimento (cm): *168*
Dimensões com Moldura/Outros:
Peso:
Capacidade:

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito Bom		*03/03/1998*

Intervenções de Conservação e Restauro

Executada por	Identificação do processo	Data
Museu	*Limpeza e protecção*	*00/00/1996*

Descrição:

Grade,composta de quatro banzos espigados em duas testeiras, com vinte e oito dentes de ferro.

Bibliografia:

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996. p. 611; Fot. 56.

DIAS, Jorge, Galhano, Fernando (*), *Atlas etnológico de Portugal Continental*. Lisboa: IAC/CEEP, s/d.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim, *Alfaia Agricola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (1977). p. 219; Des. 89.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (*), ''Exposição de Alfaia Agrícola Portuguesa''. *Revista de Etnografia*, vol.XIII, tomo 2 (n. 26). Porto: Junta Distrital do Porto, 1969.

Exposições

Título	Local	Data
Alfaia Agrícola Portuguesa Tradicional	*ISCSPU, Lisboa*	*1968*
O Voo do Arado	*MNE, Lisboa*	*1996*

Preenchido por:	Data:
Ana M. Campos	*03/03/1998*

Instituição/Proprietário:
Museu Nacional de Etnologia
Super-Categoria:
Etnologia
Categoria/Subcategoria:
Alfaia agrícola; Instrumentos de mobilização da terra
Denominação:
Alferce
Outras denominações:
"Alferce"
Nº(s) de Inventário: *AY. 003*

Nº(s) de Inventário anteriores:

Imagem principal da peça

Registo da Imagem Principal
Tipo: *Transparência a cores*
Nº Inv. Fotográfico: *DDF:16010/11/42/TC*
Localização: *MNE*
Autor: *José Pessoa*

Elemento de um conjunto: *Não*

Localização	Denominação	Nº de Inventário

Incorporação

Data de Incorporação: *00/05/1976* Ano(s): –
Modo de Incorporação: *Compra*
Descrição: *Anterior proprietário:Justino Maria*
Custo/Avaliação: *100$00*

Achado/Recolha

Lugar: *Sta.Margarida da Serra*
Freguesia:
Concelho: *Grândola*
Distrito: *Setúbal*
Região:
País: *Portugal*
Coordenadas:
Data de Achado/Recolha: *00/04/1976* Anos: –
Achador/Colector: *Benjamim Pereira*
Circunstâncias do Achado/Recolha:

Localização

Localização	Especificações	Data
Reserva		*31/03/1998*

Registo de Imagens:

Tipo	Nº de Inv. Fot.	Local	Autor
Transp. a cores	*DDF: 16010/11/42/TC*	*MNE*	*José Pessoa*
Desenho	*CEE:5.2.47*	*CEE*	*Fernando Galhano*
Desenho	*MNE:P13.14*	*MNE*	*Fernando Galhano*

Autoria

Nome	Tipo
Desconhecido	*Autor*

Local de Execução: *Desconhecido*

Datação da Peça

Época:
Séculos: *XX* Anos: –
Justificação da data:

Função Inicial/Alterações: *Usado para desbravar montados e fazer moreias*.

Matéria: *Madeira, ferro*

Dimensões:

Altura (cm):
Largura (cm):
Profundidade (cm):
Espessura (cm):
Diâmetro (cm):
Comprimento (cm): *86*
Dimensões com Moldura/Outros:
Peso:
Capacidade:

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito Bom		*31/03/1998*

Intervenções de Conservação e Restauro

Executada por	Identificação do processo	Data
Museu	*Limpeza e protecção*	*00/00/1996*

Descrição:

Alferce, formado por uma lâmina rectangular, com olho munido de crista e cabo rectilíneo.

lâmina comprimento(cm):26 *cabo comprimento(cm): 86*
lâmina largura(cm): 26 *ângulo formado pelo cabo e lâmina: 60°*

Historial

"Local de uso''- Alentejo
"Foi manejado por um dos últimos trabalhadores que participaram nessa dura epo - peia da transformação da charneca em terrenos de cultivo. Com este alferce o Justino Maria laborava mais de um hectare no ciclo anual dos trabalhos de produção do trigo." (Pereira, Benjamim. O Voo do Arado:607)

Bibliografia:

ALFAIA AGRÍCOLA PORTUGUESA. Coimbra: GEFAC/ME, 1984.
BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996. p. 607.
BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado - As peças.* Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996.
DIAS, Jorge, Galhano, Fernando (*), *Atlas etnológico de Portugal Continental*. Lisboa: IAC/CEEP, s/d.
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim, *Alfaia Agricola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (1977). p. 252; Des.138.

Exposições

Título	Local	Data
Alfaia Agrícola Portuguesa	*Coimbra*	*1984*
O Voo do Arado	*MNE, Lisboa*	*1996*

Preenchido por:	Data:
Ana M.Campos	*31/03/1998*

Instituição/Proprietário:
Museu Nacional de Etnologia
Super-Categoria:
Etnologia
Categoria/Subcategoria:
Alfaia agrícola; Instrumentos de corte e manuseio de forragens
Denominação:
Gadanha
Outras denominações:

Nº(s) de Inventário: *AZ. 608*

Nº(s) de Inventário anteriores:

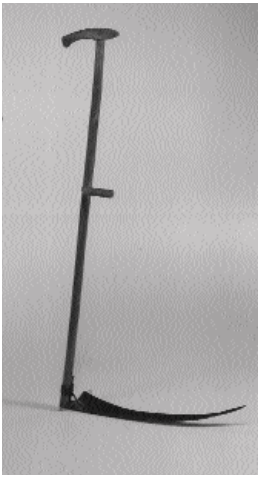


Imagem principal da peça

Registo da Imagem Principal
Tipo: *Transparência a cores*
Nº Inv. Fotográfico:
DDF: 16052/11/42/TC
Localização: *MNE*
Autor: *José Pessoa*

Elemento de um conjunto: *Não*

Localização	Denominação	Nº de Inventário

Incorporação

Data de Incorporação: *00/01/1984* Ano(s): –
Modo de Incorporação: *Compra*
Descrição: *Anterior proprietário: José João*
Custo/Avaliação: *850$00*

Achado/Recolha

Lugar: *Trinta*
Freguesia:
Concelho: *Guarda*
Distrito: *Guarda*
Região:
País: *Portugal*
Coordenadas:
Data de Achado/Recolha: *00/00/1978* Anos: –
Achador/Colector:
Circunstâncias do Achado/Recolha:

Localização

Localização	Especificações	Data
Reserva		*11/05/1998*

Registo de Imagens:

Tipo	Nº de Inv. Fot.	Local	Autor
Transp. a cores	*DDF: 16052/11/42/TC*	*MNE*	*José Pessoa*

Autoria

Nome	Tipo
Desconhecido	*Autor*

Local de Execução: *Desconhecido*

Datação da Peça

Época:
Séculos: *XX* Anos: –
Justificação da data:

Função Inicial/Alterações: *Usada para cortar fenos*.

Matéria: *Madeira, ferro*

Dimensões:

Altura (cm):
Largura (cm):
Profundidade (cm):
Espessura (cm):
Diâmetro (cm):
Comprimento (cm): *143*
Dimensões com Moldura/Outros:
Peso:
Capacidade:

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito Bom		*11/05/1998*

Intervenções de Conservação e Restauro

Executada por	Identificação do processo	Data
Museu	*Limpeza e protecção*	*00/00/1996*

Descrição:

Gadanha, formada por uma lâmina de ferro pontiaguda, ligeiramente encurvada, com haste de encabamento em forma de cunha ajustada à extremidade do cabo por meio de anel de ferro. O cabo tem dois punhos transversais, um a meio e outro na extremidade.

lâmina comprimento(cm):68 *cabo comprimento(cm): 141*
lâmina largura(cm): 9

Bibliografia:

ALFAIA AGRÍCOLA PORTUGUESA. Coimbra: GEFAC/ME, 1984.

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996. p. 620; Fot. 93.

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado - As peças*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996.

DIAS, Jorge, Galhano, Fernando (*), *Atlas etnológico de Portugal Continental*. Lisboa: IAC/CEEP, s/d.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim, *Alfaia Agricola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (1977).

Exposições

Título	Local	Data
Alfaia Agrícola Portuguesa	*Coimbra*	*1984*
O Voo do Arado	*MNE, Lisboa*	*1996*

Preenchido por:	Data:
Ana M.Campos	*11/05/1998*

Instituição/Proprietário:
Museu Nacional de Etnologia
Super-Categoria:
Etnologia
Categoria/Subcategoria:
Alfaia agrícola;
Instrumentos de debulha
Denominação:
Mangual
Outras denominações:
"Malho"
Nº(s) de Inventário: *AR. 137*

Nº(s) de Inventário anteriores:

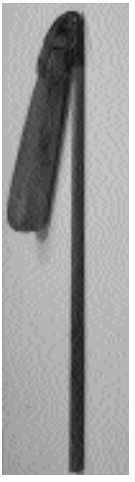


Imagem principal da peça

Registo da Imagem Principal
Tipo: *Transparência a cores*
Nº Inv. Fotográfico:
DDF:16002/11/42/TC
Localização: *MNE*
Autor: *José Pessoa*

Elemento de um conjunto: *Não*

Localização	Denominação	Nº de Inventário

Incorporação

Data de Incorporação: *00/10/1972* Ano(s): –
Modo de Incorporação: *Compra*
Descrição: *Anterior proprietário:António Gonçalves*
Custo/Avaliação: *30$00*

Achado/Recolha

Lugar: *Tecla*
Freguesia:
Concelho: *Celorico de Basto*
Distrito: *Braga*
Região:
País: *Portugal*
Coordenadas:
Data de Achado/Recolha: *00/00/1967* Anos: –
Achador/Colector: *Ernesto Veiga de Oliveira;Benjamim Pereira*
Circunstâncias do Achado/Recolha:

Localização

Localização	Especificações	Data
Reserva		*15/01/1999*

Registo de Imagens:

Tipo	Nº de Inv. Fot.	Local	Autor
Transp. a cores	*DDF: 16002/11/42/TC*	*MNE*	*José Pessoa*
Desenho	*MNE:F1.164*	*MNE*	*Fernando Galhano*

Autoria

Nome	Tipo
Desconhecido	*Autor*

Local de Execução: *Tecla*

Datação da Peça

Época:
Séculos: *XX* Anos: –
Justificação da data:

Função Inicial/Alterações: *Usado na debulha de cereais*

Matéria: *Madeira*

Dimensões:

Altura (cm):
Largura (cm):
Profundidade (cm):
Espessura (cm):
Diâmetro (cm):
Comprimento (cm): *174*
Dimensões com Moldura/Outros:
Peso:
Capacidade:

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito Bom		*15/01/1999*

Intervenções de Conservação e Restauro

Executada por	Identificação do processo	Data
Museu	*Limpeza e protecção*	*00/00/1996*

Descrição:

Mangual composto por duas peças:o pírtigo, de secção quadrangular, e a mangoeira, rectilínea, de secção circular. As duas peças são ligadas e articuladas por intermédio de uma tira de couro - a meã.A meã prende à extremidade de cada uma dessas peças por meio de dispositivos que tomam os nomes de casula (da mangoeira),e encedouro (do pírtigo). Neste caso, a casula é de ferro, de alvado cónico, no qual se insere a man - goeira, e que remata por uma argola, em que joga a meã; o encedouro é constituído

por uma tira larga de couro, dobrada em U, presa ao pírtigo por duas correias e,para este efeito a extremidade do pírtigo, facejada e adelgaçada, mostra quatro entalhes, dois de cada lado, e as correias perfuram o encedouro na parte que corresponde ao ponto máximo da reentrância desses entalhes, envolvendo-o e apertando-o em elo, este mostra ainda uma cunha de madeira colocada de forma a que as correias fiquem bem esticadas.

mangoeira comprimento (cm):115 diâmetro (cm):10
pírtigo comprimento (cm): 56

Mangoeira de pinho, pírtigo de oliveira

Historial

''Local de uso'': Tecla

Bibliografia:

ALFAIA AGRÍCOLA PORTUGUESA. Coimbra: GEFAC/ME, 1984.
BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado.* Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996. p. 644; Fot. 193.
BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado - As peças.* Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996.
Desenho Etnográfico de Fernando Galhano I -Portugal. Lisboa: CEE/ME, 1985. Des.276a.
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim, *Alfaia Agricola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (1977). p. 299; Des. 198a.
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (*), ''Exposição de Alfaia Agrícola Portuguesa''. *Revista de Etnografia*, vol. XIII, tomo 2 (n. 26). Porto: Junta Distrital do Porto, 1969.
TRABALHO E FESTA NAS LAVOURAS DO NOROESTE. Lisboa: ME, 1986.

Exposições

Título	Local	Data
Alfaia Agrícola Portuguesa	*Coimbra*	*1984*
Alfaia Agrícola Portuguesa Tradicional	*ISCSPU, Lisboa*	*1968*
O Voo do Arado	*MNE, Lisboa*	*1996*
Trabalho e Festa nas Lavouras do Noroeste	*Ponte de Lima*	*1986*

Preenchido por: *Ana M. Campos*

Data: *15/01/1999*

Instituição/Proprietário:
Museu Nacional de Etnologia
Super-Categoria:
Etnologia
Categoria/Subcategoria:
Alfaia agrícola;Instrumentos de limpeza de cereais e manuseio de palhas
Denominação:
Forquilha
Outras denominações:
"Benda"
Nº(s) de Inventário: *AR.329*

Nº(s) de Inventário anteriores:

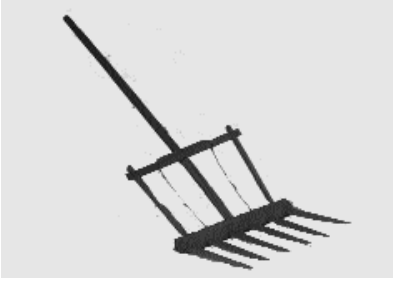


Imagem principal da peça

Registo da Imagem Principal
Tipo: *Transparência a cores*
Nº Inv. Fotográfico: *DDF:16076/11/42/TC*
Localização: *MNE*
Autor: *José Pessoa*

Elemento de um conjunto: *Não*

Localização	Denominação	Nº de Inventário

Incorporação

Data de Incorporação: *00/10/1972* Ano(s): –
Modo de Incorporação: *Compra*
Descrição:
Custo/Avaliação: *80$00*

Achado/Recolha

Lugar: *Constantim*
Freguesia:
Concelho: *Miranda do Douro*
Distrito: *Bragança*

Região:
País: *Portugal*
Coordenadas:
Data de Achado/Recolha: *00/00/1968* Anos: –
Achador/Colector: *Ernesto Veiga de Oliveira; Benjamim Pereira*
Circunstâncias do Achado/Recolha:

Localização

Localização	Especificações	Data
Reserva		*28/02/1998*

Registo de Imagens:

Tipo	Nº de Inv. Fot.	Local	Autor
Transp. a cores	*DDF: 16076/11/42/TC*	*MNE*	*José Pessoa*
Desenho	*MNE:F1.115*	*MNE*	*Fernando Galhano*

Autoria

Nome	Tipo
Desconhecido	*Autor*

Local de Execução: *Constantim*

Datação da Peça

Época:
Séculos: *XX* Anos: –
Justificação da data:

Função Inicial/Alterações: *Usada no manuseio de palhas e fenos nas eiras.*

Matéria: *Madeira*

Dimensões:

Altura (cm):
Largura (cm): *54*
Profundidade (cm):
Espessura (cm):
Diâmetro (cm):
Comprimento (cm): *165*
Dimensões com Moldura/Outros:
Peso:
Capacidade:

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito Bom		*28/12/1998*

Intervenções de Conservação e Restauro

Executada por	Identificação do processo	Data
Museu	*Limpeza e protecção*	*00/00/1996*

Descrição:

Forquilha,composta de um pente com seis dentes e de um cabo cuja parte inferior tem uma grade de travessas que amplia a sua capacidade de suporte.

pente comprimento(cm): 52,5 *cabo comprimento(cm): 130*
dentes comprimento(cm):33

Bibliografia:

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996. p. 651; Fot. 225.

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado - As peças*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996.

Desenho Etnográfico de Fernando Galhano I - Portugal. Lisboa: CEE/ME, 1985. Des. 271c

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim, *Alfaia Agricola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (1977). p.191; Des.189a.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (*), ''Exposição de Alfaia Agrícola Portuguesa''. *Revista de Etnografia*, vol. XIII, tomo 2 (n. 26). Porto: Junta Distrital do Porto, 1969.

Exposições

Título	Local	Data
Alfaia Agrícola Portuguesa Tradicional	*ISCSPU, Lisboa*	*1968*
O Voo do Arado	*MNE,Lisboa*	*1996*

Preenchido por:	Data:
Ana M. Campos	*28/12/1998*

Instituição/Proprietário:
Museu Nacional de Etnologia
Super-Categoria:
Etnologia
Categoria/Subcategoria:
Alfaia agrícola;Instrumentos de limpeza de cereais e manuseio de palhas
Denominação:
Forquilha
Outras denominações:
"Benda"
Nº(s) de Inventário: *AR.329*

Nº(s) de Inventário anteriores:

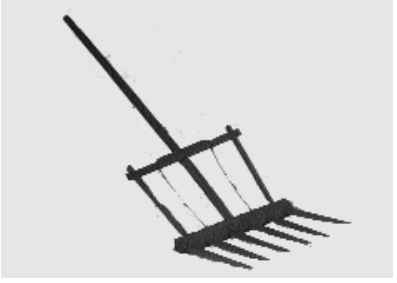


Imagem principal da peça

Registo da Imagem Principal
Tipo: *Transparência a cores*
Nº Inv. Fotográfico: *DDF:16076/11/42/TC*
Localização: *MNE*
Autor: *José Pessoa*

Elemento de um conjunto: *Não*

Localização	Denominação	Nº de Inventário

Incorporação

Data de Incorporação: *00/10/1972* Ano(s): –
Modo de Incorporação: *Compra*
Descrição:
Custo/Avaliação: *80$00*

Achado/Recolha

Lugar: *Constantim*
Freguesia:
Concelho: *Miranda do Douro*
Distrito: *Bragança*

Região:
País: *Portugal*
Coordenadas:
Data de Achado/Recolha: *00/00/1968* Anos: –
Achador/Colector: *Ernesto Veiga de Oliveira; Benjamim Pereira*
Circunstâncias do Achado/Recolha:

Localização

Localização	Especificações	Data
Reserva		*28/02/1998*

Registo de Imagens:

Tipo	Nº de Inv. Fot.	Local	Autor
Transp. a cores	*DDF: 16076/11/42/TC*	*MNE*	*José Pessoa*
Desenho	*MNE:F1.115*	*MNE*	*Fernando Galhano*

Autoria

Nome	Tipo
Desconhecido	*Autor*

Local de Execução: *Constantim*

Datação da Peça

Época:
Séculos: *XX* Anos: –
Justificação da data:

Função Inicial/Alterações: *Usada no manuseio de palhas e fenos nas eiras.*

Matéria: *Madeira*

Dimensões:

Altura (cm):
Largura (cm): *54*
Profundidade (cm):
Espessura (cm):
Diâmetro (cm):
Comprimento (cm): *165*
Dimensões com Moldura/Outros:
Peso:
Capacidade:

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito Bom		*28/12/1998*

Intervenções de Conservação e Restauro

Executada por	Identificação do processo	Data
Museu	*Limpeza e protecção*	*00/00/1996*

Descrição:

Forquilha,composta de um pente com seis dentes e de um cabo cuja parte inferior tem uma grade de travessas que amplia a sua capacidade de suporte.

pente comprimento(cm): 52,5 *cabo comprimento(cm): 130*
dentes comprimento(cm):33

Bibliografia:

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996. p. 651; Fot. 225.

BRITO, Joaquim Pais de, e outros (coords.), *O Voo do Arado - As peças*. Lisboa: MC/IPM/MNE, 1996.

Desenho Etnográfico de Fernando Galhano I - Portugal. Lisboa: CEE/ME, 1985. Des. 271c

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim, *Alfaia Agricola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995 (1977). p.191; Des.189a.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (*), ''Exposição de Alfaia Agrícola Portuguesa''. *Revista de Etnografia*, vol. XIII, tomo 2 (n. 26). Porto: Junta Distrital do Porto, 1969.

Exposições

Título	Local	Data
Alfaia Agrícola Portuguesa Tradicional	*ISCSPU, Lisboa*	*1968*
O Voo do Arado	*MNE,Lisboa*	*1996*

Preenchido por:	Data:
Ana M. Campos	*28/12/1998*

BIBLIOGRAFIA

ALFAIA AGRÍCOLA E TECNOLOGIAS RELACIONADAS

ALONSO PONGA, José Luis, *Los carros en la agicultura de Castilla y León*, Junta de Castilla y Leon, Consejeria de Agricultura y Ganadería, 1994.

BARRACA DE RAMOS,Pilar (coord.), *Primeras jornadas internacionales sobre tecnología agraria tradicional*, Madrid, Museu Nacional del Pueblo Español, 1993.

CARO BAROJA,Julio, *Tecnologia popular española*, Madrid,Editora Nacional, 1983.

CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de, *Coisas e palavras: alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na península ibérica*, Separata de *Biblos*, Coimbra, 1953.

CLEYET-MERLE, Jean-Jacques, *Techniques d'aquisition:cuillette,chasse,pêche*, Paris, Éditions des Musées Nationaux, 1971.

DELAMARRE, Mariel J. Bruhnes, e HAIRY, Hughes, *Techniques de production:l'agriculture*, Paris,Éditions des Musées Nationaux,1971.

DIAS, Jorge, *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, Lisboa,Imprensa Nacional/Casa da Moeda,1982 (1948).

DIAS, Jorge,"Maneiras dos homens acartarem em Portugal" e "Maneiras das mulheres acartarem em Portugal", *Estudos de Antropologia*, vol.II,Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, pp. 375-383, 385-400,1993.

DIAS, Jorge e GALHANO, Fernando, *Aparelhos de elevar a água de rega: contribuição para o estudo do regadio em Portugal*, Lisboa,Publicações Dom Quixote, 1986 (1953).

DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, Fernando, *Sistemas primitivos de secagem e armazenagem de produtos agrícolas: espigueiros portugueses*, Lisboa,Publicações Dom Quixote, 1994 (1963).

GALHANO, Fernando, *O carro de bois em Portugal*, Lisboa, IAC/Centro de Estudos de Etnologia,1973.

HAUDRICOURT, André Georges, e DELAMARRE, Mariel Jean-Bruhnes, *L'homme et la charrue a travers le monde*, Paris,Gallimard, 1955.

MINGOTE CALDERÓN, José Luis,"Mayales y trillos en España" *Anales del Museo del Pueblo Español*, Tomos II e III, Madrid, Museo del Pueblo Español, pp. 83-167, 7-72,1988/1990.

OLIVEIRA,Ernesto Veiga de, GALHANO, Femando, e PEREIRA, Benjamim, *Actividades agro-marítimas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990 (1975).

OLIVEIRA,Ernesto Veiga de, GALHANO, Femando, e PEREIRA, Benjamim, *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995 (1977).

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Femando, e PEREIRA, Benjamim, *Construções primitivas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote,1988 (1969).

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Femando, e PEREIRA, Benjamim, *Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal*, Lisboa,IAC/Centro de Estudos de Etnologia,1973.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Femando, e PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional portuguesa:sistemas de moagem*. Lisboa, INIC/ Centro de Estudos de Etnologia, 1983.

OLIVEIRA,Ernesto Veiga de, e PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional agrícola dos Açores*, Lisboa,INIC/Centro de Estudos de Etnologia,1987.

PEREIRA,Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Centro Cultural Raiano, 1997.

MUSEOLOGIA,INVENTÁRIO E SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO

BARBOFF, Mouette (Dir.), *Terra-mãe, terra-pão*, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal,1997.

BRANCO, Jorge Freitas e OLIVEIRA,Luisa Tiago de, *Ao encontro do povo - II:A Colecção*, Lisboa, Celta,1993.

BRITO, Joaquim Pais de, BAPTISTA, Fernando Oliveira e PEREIRA, Benjamim (Coord.), *O voo do arado*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus,Museu Nacional de Etnologia,1996.

CAMACHO, Clara Frayão, NUNES, Graça, e BAPTISTA, Maria do Céu, *Trabalhar a terra:mecanização e agricultura em Vila Franca de Xira*, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1992.

CAMINUS, *Roteiro de Museus (colecções etnográficas)*, 4 vols, Lisboa, Olhapim,1997-1999.

CAMPOS, Ana Margarida, *Participação no programa de informatização do inventário da colecção de alfaia agrícola portuguesa* (Relatório Final de Estágio em Antropologia, ISCTE/PRODEP, Janeiro a Junho de 1998), Lisboa,Museu Nacional de Etnologia,1998 [Policopiado].

CARRETERO PÉREZ,Andrés,"Informatizacion y catalogos documentales del Museo Nacional del Pueblo Español", *Anales del Museo del Pueblo Español*, Tomo III,Madrid, Museo Nacional del Pueblo Español,1990.

CARRETERO PÉREZ, Andrés, e outros, "Sistema de clasification de documentacion etnografica española", *Anales del Museo del Pueblo Español*, Tomo V, Madrid,Museo del Pueblo Español, 1993.

Diálogo com a terra:a agricultura no concelho de Loures (Exposição de Etnografia), Loures, Museu Municipal de Loures,1994.

FORTUNA, A. Matos, *Memórias da agricultura e ruralidade do concelho de Palmela*, Câmara Municipal de Palmela,1997.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS / OBSERVATÓRIO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS, *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa,Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 2000.

International core data standards for ethnology / ethnography, ICOM/CIDOC, Ethno Working Group, 1996.

International guidelines for museum object information: the CIDOC Information Categories, ICOM/CIDOC, Ethno Working Group, 1997.

JERÓNIMO, Rita, *Agricultura nos campos de Idanha*, Idanha-a-Nova,Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Centro Cultural Raiano, 1997.

MINGOTE CALDERÓN, José Luis, *Catálogo de aperos agrícolas del Museu del Pueblo Español*, Madrid,Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación/ Ministerio de Cultura,1990.

MURDOCK,George P.,et al., *Guía para la clasificación de los datos culturales*, Washington, D.C., Union Panamericana, Secretaría General, Organización de los Estados Americanos, 1963 (1954).

OLIVEIRA,Ernesto Veiga de, «Exposição de alfaia agrícola portuguesa», *Revista de Etnografia*, vol.XIII, tomo 2, n.º 26, Porto, Junta Distrital do Porto, 1969.

OLIVEIRA,E rnesto Veiga de, *Apontamentos sobre museologia - museus etnológicos (lições dadas no Museu de Etnologia do Ultramar)*, Lisboa,JIU, 1971.

OLIVEIRA,Ernesto Veiga de, e PEREIRA, Benjamim, *Alfaia agrícola* (exposição realizada pelo Museu de Etnologia em Coimbra), GEFAC/MA,1982.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e PEREIRA, Benjamim, *O Pão e o Bragal* (exposição realizada pelo Museu de Etnologia em Paredes de Coura), Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1985.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e PEREIRA, Benjamim, *Trabalho e festa nas lavouras do noroeste* (exposição realizada pelo Museu de Etnologia em Ponte de Lima), Lisboa,Museu de Etnologia, 1986.

OLIVEIRA,Ernesto Veiga de,e PEREIRA, Benjamim, *Trás-os-Montes:a mão do homem* (exposição realizada pelo Museu de Etnologia em Vila Real), UTAD/LNICT, 1982.

PEREIRA,Benjamim,e RODRIGUES, Joana, *Evocações do mundo agrícola de Paredes de Coura*, Câmara Municipal de Paredes de Coura,S/d (1998).

PINHO, Elsa Garrett, e FREITAS, Inês da Cunha, *Normas de inventário – normas gerais (artes plásticas e artes decorativas)*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999.

REAL ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE AGRICULTURA PORTUGUEZA, *Exposição de alfaia agrícola na Real Tapada da Ajuda em 1898*, Ulmeiro, 2.ª ed., 1989.

RICHARD, Philippe, e LOZZA,Brigitte (Coord.), *Ethnophoto:thésaurus pour l'analyse de la photographie ethnographique du domaine français*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme,1997.

SAURÍ I PUJOL, Maria de l'Assumpció, *Notes per la documentació de les col.leccions etnológiques del Museu d'Arts, Indústries I Tradicions Populars*, Barcelona, Ajuntament de Barcelona, Museu d'Arts, Indústries I Tradicions Populars,Serie 2:Documentació,nº 1, 1994.

Thematic list of descriptors - anthropology, Prepared on behalf of UNESCO by the International Committee for the Social Science Information and Documentation,London/NewYork,Routledge, 1989.

TORRES GONZÁLEZ, Begoña (Coord.), *Surcos:Museo Nacional del Pueblo Español*, Madrid, Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos.

OUTRAS LEITURAS

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Agricultura,espaço e sociedade rural*, Coimbra, Fora do Texto, 1993.

Desenho etnográfico de Fernando Galhano. I – Portugal, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia / Museu de Etnologia,1985.

DIAS, Jorge e GALHANO, Fernando, *Atlas etnológico de Portugal continental*, Lisboa, IAC/Centro de Estudos de Etnologia,s/d.

FABRE, Daniel, e LACROIX, Jacques, "L'usage social des signes", in D. Fabre e J. Lacroix, *Communautés du Sud*, vol 2,pp. 564-593, 1975.

Guide de l'observation du patrimoine rural, Paris, Ministère de l'Agriculture et de la Pêche, 1999.

PEREIRA, Benjamim, *Bibliografia analítica de etnografia portuguesa*, Lisboa, IAC, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular,1965.

RIBEIRO, Orlando. 1948. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora.